

# Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 19

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma prevê mecanismos para evitar litígios sobre novos tributos ..... 3

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Taxação não é suficiente, aponta setor calçadista ..... 5

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Petrobras faz acordo com PGFN e Receita ..... 7

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fisco libera R\$ 8,5 bilhões em lote de restituições ..... 8

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - DIAD  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A culpa é da Previdência (Artigo) ..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência, uma questão global - LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI ..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo irá pagar R\$ 9,8 bi em emendas em 10 dias ..... 11

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Idosos e pessoas com deficiência podem ter direito a receber o BPC ..... 13

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
SEGURIDADE SOCIAL

Cuidados para não se enrolar no consignado ..... 15

JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - MISTURA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira quer regulamentar tributária em 15 dias - CLÁUDIO HUMBERTO ..... 17

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Dona de casa pode se aposentar pelo INSS mesmo sem trabalhar fora ..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Inclusão de carnes na cesta básica da reforma elevará alíquota-padrão ..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Banco Mundial diz que devolução de tributos ainda é a melhor saída ..... 21

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: deputados vão incluir carnes, frango e sal na cesta básica e apostam em alíquota padrão de 25% ..... 23

Segunda-Feira, 1 de Julho de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: qual o efeito no ITCMD? - CONSULTÓRIO FINANCEIRO..... 25

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Insistência - APOSENTADOS..... 27

FOLHA ONLINE - SP  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária e Plano Real (Reforma tributária)..... 28

O TEMPO ONLINE - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ANFIP

30 anos após Plano Real, R\$ 1 vale R\$ 0,12, mas salário mínimo aumentou; entenda..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Incerteza limita fusões e aquisições no país..... 31

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS  
ECONOMIA

Plano real completa 30 anos nesta segunda-feira..... 33

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

REAL 30 ANOS: Moeda foi a solução para conter a inflação..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Para Arminio, meta contínua para inflação coroa êxito do sistema..... 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A grande ameaça vem do lado fiscal, diz Pêrsio Arida..... 38

# Reforma prevê mecanismos para evitar litígios sobre novos tributos

*Jéssica Sant"Ana e Beatriz Olivon De Brasília*

O principal projeto de lei de regulamentação da **reforma tributária** (PLP nº 68/2024) prevê a criação de um comitê e de um fórum de harmonização das regras da Contribuição (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que entrarão em vigor a partir de 2027. O primeiro colegiado será formado por representantes dos Fiscos e do Comitê Gestor do IBS e o segundo, pelas procuradorias da União, Estados e municípios. O objetivo é que essas duas instâncias atuem em conjunto para garantir que haja um único entendimento sobre a aplicação dos **tributos**, prevenindo litígios e insegurança jurídica.

As duas novas instâncias, que ainda serão criadas, vão atuar, por exemplo, quando houver interpretação diferente dada pela União e pelo Comitê Gestor do IBS. A CBS e o IBS terão um mesmo regramento, mas há a possibilidade de haver divergência entre os contribuintes e os entes sobre a aplicação desses **tributos**. É nesse contexto que serão criados o comitê e o fórum, que buscarão harmonizar o entendimento.

O fórum poderá ser provocado pelo presidente do Comitê Gestor e pelo ministro da Fazenda, enquanto o projeto de lei não delimitou a iniciativa para provocação do comitê de harmonização, que deverá atuar de ofício, se não houver mudanças no texto da proposta. As reuniões serão periódicas, observado o quórum de participação mínimo de três quartos dos representantes. As decisões serão por consenso entre os presentes.

As resoluções que forem aprovadas pelo comitê de harmonização terão de ser seguidas pelas administrações tributárias da União, dos Estados e dos municípios. Já as resoluções do fórum valerão para as procuradorias da Fazenda Nacional e dos entes subnacionais. Também pode haver ato conjunto do comitê e do fórum de harmonização. Nesse caso, o entendimento deverá ser aplicado para os Fiscos e as procuradorias.

"São [o comitê e o fórum] um incentivo à harmonização. Não faz sentido o Comitê Gestor [do IBS] e União terem interpretações jurídicas diferentes de **tributos** que são gêmeos. Então, espero que a cada apontamento de divergência, tudo seja rapidamente harmonizado, que o contribuinte não

tenha sinais diferentes", afirma Leonardo Alvim, procurador da Fazenda Nacional e assessor do advogado-geral da União para questões tributárias. Ele é membro da Comissão de Sistematização criada pelo governo para tratar dos projetos de regulamentação da **reforma tributária**.

Alvim esclarece que não há uma obrigatoriedade de harmonização, mas ela será importante para garantir isonomia e evitar judicialização. Não há uma definição para o início do funcionamento das duas novas instâncias, mas deve acontecer tão logo entrem em vigor os novos **tributos**.

Os dois colegiados não vão substituir o trabalho que já é hoje desempenhado pela **Receita Federal** ao responder consultas públicas de contribuintes, nem o da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que tem como missão a interpretação da **legislação tributária** e o assessoramento dos órgãos do Executivo.

A novidade é que será acrescida a participação da Receita e da PGFN no comitê e no fórum de harmonização, respectivamente, com o objetivo de manter a simetria de tratamento entre os dois **tributos**. A harmonização buscada será para a edição e aplicação de normas, interpretações, obrigações acessórias e procedimentos relativos.

O ganho maior será para os Estados, já que alguns adotam modelo de interpretação da legislação realizada somente pelas secretarias de Fazenda, sem a participação das respectivas procuradorias estaduais. "O modelo federal, por sua vez, tem a atividade de interpretação da **legislação tributária** realizada pela PGFN e pela RFB [**Receita Federal**], o que reforça a segurança jurídica e o princípio da legalidade", explicou a PGFN. Há, ainda, a Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios (Sejan), que atua para resolver divergências entre órgãos da administração pública federal - que podem, inclusive, ser apontados por contribuintes.

"No âmbito estadual e municipal, é um ganho imensurável [a criação do comitê e do fórum de harmonização]. Você tem um lugar para fazer a interpretação", diz Alvim, já que o IBS será aplicado a todos os Estados e municípios, ao contrário do ICMS e do ISS, com regramentos distintos.

Para a advogada Thais Shingai, sócia no Mannrich e Vasconcelos Advogados, "existirem estruturas eficientes para os **tributos** serem o espelho um do outro é essencial para que o sistema funcione como deveria". Por isso, acrescenta, estruturas como o comitê e o fórum de harmonização são muito importantes.

Segundo Maria Raphaela Matthiesen, do mesmo escritório, ficou faltando apenas a questão do contencioso em si. "Havia a expectativa no PLP 108 [do Comitê Gestor] que houvesse algum órgão dedicado a harmonização de jurisprudência administrativa", diz.

Já a advogada Ana Carolina Brasil Vasques, fundadora do escritório Brasil Vasques Advogados, destaca que a criação do fórum e, principalmente, do comitê é relevante, mas não obrigatória. "Estamos falando de **tributos** gêmeos, se tivermos interpretações diferentes teremos mais complexidade, que é contra a base da reforma", afirma. "A interpretação é o que mais causa instabilidade tributária." De acordo com a advogada, ainda não está totalmente claro quando será usado o comitê e seria relevante existir a obrigatoriedade. "Poderia haver a previsão de que o contribuinte não pode ser autuado enquanto o entendimento não for harmonizado", diz.

Em nota técnica, a Procuradoria-Geral de Goiás alerta para "potencial submissão" do comitê de harmonização aos interesses da União, já que as disposições comuns ao IBS e à CBS serão aprovadas por ato conjunto do Comitê Gestor do IBS e pela União. Também há uma crítica ao poder dado ao Comitê Gestor na indicação dos nomes participantes do comitê e do fórum.

Procurados, **Receita Federal** e o Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e dos Distrito Federal) não deram retorno até o fechamento da edição.

"Não faz sentido União e Comitê Gestor terem interpretações jurídicas diferentes" Leonardo Alvim

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187916>

# Taxação não é suficiente, aponta setor calçadista

Mais do que a taxa de 20% para as compras de até US\$ 50 em sites estrangeiros, como as plataformas asiáticas Shein, Shopee e Aliexpress, o Brasil precisa de reformas estruturantes que possam aumentar a competitividade da indústria nacional, destaca o presidente do Sindicato da Indústria de Calçados do Estado de Minas Gerais (Sindicalçados-MG), Luiz Raul Aleixo Barcelos.

"O Brasil não tem competitividade por uma série de entraves que o País possui, como a burocracia, a alta carga tributária e os altos custos sobre a folha. Falta competitividade na indústria calçadista e também na de confecção", observa.

Para ele, a taxa das plataformas estrangeiras, em especial, as asiáticas, pode dar um fôlego ao setor, permitindo uma concorrência "um pouco menos desleal", mas que não vai resolver o problema. "A taxa é importante neste momento como um paliativo", analisa.

O dirigente defende que as reformas, com medidas que permitam que a indústria tenha mais competitividade, vão contribuir de fato para uma melhora de cenário para o setor.

E foi na quinta-feira (27) que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou a lei que cria a taxa das compras internacionais de até US\$ 50, a chamada "taxa das blusinhas", que deve começar a vigorar a partir do dia 1º de agosto. O governo vai encaminhar nos próximos dias uma medida provisória ao Congresso Nacional regulamentando a taxa.

Dessa forma, para os produtos mais baratos, a taxa de importação será de 20% sobre o valor e para itens acima de US\$ 50, o imposto previsto é de 60%. Também foi criada uma faixa intermediária, entre US\$ 50 e US\$ 3.000, que terá um desconto de US\$ 20 na taxa.

Desleal - O presidente do Sindicalçados-MG afirma que a atual concorrência desleal com os marketplaces chineses vem causando preocupação nas indústrias de calçados e de confecção, e também causa impactos negativos para os varejistas nacionais. "É um problema generalizado de toda a cadeia da moda", destaca.

Ele conta que o setor de bolsas e acessórios passa por um cenário semelhante ao vivido pela indústria de calçados no Estado. O Sindicato Intermunicipal da Indústria de Bolsas e Cintos de Minas Gerais (Sindibolsas-MG) foi incorporado ao Sindicalçados-MG.

De acordo com Barcelos, as vendas da indústria calçadista do Estado registraram queda de aproximadamente 10% no acumulado dos cinco primeiros meses de 2024 frente ao mesmo intervalo do ano anterior.

O dirigente diz que espera um resultado melhor no segundo semestre do ano, já que o período é tradicionalmente mais aquecido na comparação com os seis primeiros meses do ano, em razão da coleção de verão e do impacto da data comemorativa mais importante do ano: o Natal. "A gente tem que tentar manter o otimismo", diz.

Redução do mercado - A atividade conta com 993 indústrias no Estado, segundo os dados mais recentes (2022). Considerando a produção de calçados por unidades da Federação, Ceará, Rio Grande do Sul e a Paraíba se destacaram em 2023 como os três maiores produtores em termos de pares, com participação de mercado de 26%, 23,9% e 15,1%, respectivamente, conforme informações do relatório setorial 2024, da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados).

Minas Gerais ocupou a quarta posição, com redução do market share, desde 2021 (15,9%). Em 2022, a participação passou 14,7% e no ano seguinte para 14,3%. %

Alíquota de 20% será aplicada a partir de agosto

São Paulo - A taxa das remessas internacionais de até US\$ 50, a chamada "taxa das blusinhas", pode incidir em compras feitas antes de 1º de agosto, disse na sexta-feira (28) a **Receita Federal**.

O subsecretário de Administração **Aduaneira** da **Receita Federal**, Fausto Coutinho, afirmou que o imposto é devido a partir do registro da Declaração de Importação de Remessa (DIR), que pode ser feito alguns dias após o pedido do consumidor.

Como há essa defasagem entre a realização da compra e a emissão da DIR, Coutinho reconheceu que compras feitas no final de julho podem já ser taxadas. "A possibilidade é factível. Não tem como garantir que não tenha isso", afirmou em entrevista coletiva para detalhar a medida.

Segundo Coutinho, cada plataforma tem sua gestão e metodologia de entrega da declaração. A Receita disse não ser possível precisar um prazo médio para guiar os consumidores sobre a data a partir da qual seria justa a cobrança do imposto na compra até US\$ 50.

"Nossa orientação para as plataformas é que façam a comunicação o mais rápido possível para que essa informação esteja clara", afirmou o subsecretário. "O que a gente pôde fazer a gente fez." Caso o consumidor faça uma compra no fim de julho sem recolher o imposto, mas a plataforma só registre a DIR após 1º de agosto, o destinatário pode precisar fazer o pagamento da taxa no Brasil para receber a encomenda.

No início da entrevista coletiva, o secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, fez um pronunciamento e disse que o tempo de transição foi adotado "para que contribuinte não seja surpreendido". Ele não permaneceu no local para responder às perguntas dos jornalistas.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou na quinta-feira (27) a lei que acaba com a isenção das compras internacionais até US\$ 50 feitas por pessoas físicas. A proposta foi incluída pelo Congresso Nacional na lei que criou o Mover, programa de incentivo à descarbonização de carros.

Hoje, produtos de até US\$ 50 vendidos em plataformas como Shein, Shopee e AliExpress já são taxados pelo ICMS, imposto estadual, com alíquotas que variam entre 17% e 19%. Mas o Imposto de Importação, federal, estava zerado.

Com a nova lei, a taxa de importação será de 20% para itens até US\$ 50. Acima desse valor, a alíquota é de 60%, com um desconto de US\$ 20 para compras até US\$ 3.000. As regras valem para compras feitas em plataformas que aderiram ao Remessa Conforme.

Na sexta-feira, o chefe do Executivo editou uma MP (medida provisória) para estabelecer o início da cobrança em 1º de agosto deste ano. O texto prevê também que a importação de medicamentos de até US\$ 10.000 por pessoas físicas, para uso próprio ou individual, será isenta.

Coutinho disse que o adiamento da vigência da

cobrança foi necessário para "evitar um apagão", uma vez que os sistemas não estão preparados para incorporar a taxa sobre as compras até US\$ 50.

Segundo ele, o Brasil tem recebido 18 milhões de remessas ao mês, em média. "Houve um curto espaço de tempo entre a aprovação e a sanção para termos os sistemas adequados para a nova tributação. Imagina ficar um mês parado", afirmou.

Mesmo com a sanção, Lula seguiu criticando a medida publicamente. Ele chamou a taxa de "irracional" e lembrou que brasileiros com condições de viajar ao exterior podem fazer compras de até US\$ 1.000 isentas de imposto. (Idiana Tomazelli/Folhapress) %

**Site:** <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

# Petrobras faz acordo com PGFN e Receita

Brasília - A Petrobras encerrou as disputas tributárias com a União no valor de R\$ 45 bilhões, dos quais cerca de R\$ 35 bilhões com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e aproximadamente R\$ 10 bilhões com a **Receita Federal**.

A transação tem como objeto a negociação de débitos em contencioso administrativo ou judicial envolvendo discussões sobre incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** ( PIS/Cofins) sobre remessas ao exterior, decorrentes da bipartição do negócio jurídico pactuado em um contrato de afretamento de embarcações ou plataformas e outro, de prestação de serviços.

O acordo firmado envolve tanto créditos inscritos na dívida ativa da União quanto no contencioso administrativo fiscal, no âmbito do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. A transação prevê desconto de até 65% do saldo devido, isto é, excluídos os valores em garantia e após a compensação tributária. O valor acordado será pago em sete parcelas.

A estatal aderiu ao edital no dia 20 de junho deste ano.

No dia 5 de abril, a PGFN e a Receita - dois órgãos vinculados ao Ministério da Fazenda - publicaram a versão preliminar do edital da chamada transação tributária que ficou em consulta pública para receber sugestões até o dia 12 do mesmo mês.

A proposta previa descontos de 60% sobre o valor cobrado, com entrada de 30% e quitação do restante em seis meses, ou de 35%, com entrada de 10% e parcelamento em até dois anos.

O acordo com a Petrobras precisou passar por um processo complexo de governança dentro da companhia, o que inclui aprovação dos minoritários. A Fazenda, no entanto, já esperava o aceite da empresa, visto que o desconto da dívida é considerado muito atrativo.

Dividendos - O pagamento de dividendos extraordinários abre o caminho para o acordo. Além de reforçar o caixa da União e ajudar o governo na busca do cumprimento da meta fiscal de déficit zero, os dividendos abrem caminho para a ampliação de gastos em 2025.

Pelas regras do arcabouço fiscal, se os recursos de um eventual acordo para encerrar litígios ingressarem ainda no primeiro semestre deste ano no caixa do Tesouro, essa arrecadação entrará no cálculo para a definição do tamanho do crescimento das despesas no ano seguinte até o limite de alta de 2,5% real permitido na nova regra fiscal.

Quanto maior for a arrecadação dos acordos de transação mais próximo o governo consegue chegar no teto de 2,5%, ampliando o espaço que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá à disposição para gastar mais no penúltimo ano do seu governo.

Somente em 2023, a PGFN recuperou quase R\$ 50 bilhões em créditos inscritos em Dívida Ativa da União, 23% a mais em comparação ao ano anterior. Desse montante, cerca de R\$ 20 bilhões decorreram de transação tributária. (Folhapress) %

**Site:** <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

# Fisco libera R\$ 8,5 bilhões em lote de restituições

Brasília - Cerca de 5,75 milhões de contribuintes receberam R\$ 8,5 bilhões em restituições do Imposto de Renda de Pessoa Física na sexta-feira (28). Segundo a **Receita Federal**, esta leva de restituições foi destinada a contribuintes prioritários. O pagamento da restituição foi depositado na conta bancária informada na declaração, de forma direta ou pela chave Pix indicada.

"Se, por algum motivo, o crédito não for realizado (por exemplo, a conta informada foi desativada), os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil", informou o Ministério da Fazenda. Neste caso, basta ao contribuinte reagendar o crédito por meio do Portal BB ou ligando para a central de relacionamento BB nos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Entre os 5.755.667 contribuintes prioritários que receberam este lote de restituição, 140.360 têm idade acima de 80 anos; 1.024.071 têm idade entre 60 e 79 anos; 66.287 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave; 459.444 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério; e 3.812.767 contribuintes que não possuem prioridade legal, mas que receberam prioridade por terem utilizado a Declaração Pré-preenchida ou optado por receber a restituição via Pix. (ABr) %

**Site:** <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

# A culpa é da Previdência (Artigo)

**Paulo César Régis de Souza**

Paulo César Régis de Souza - Vice-presidente executivo da Anasps

Estamos novamente às voltas com a mesma retórica: "a Previdência é deficitária, precisamos de uma reforma imediatamente".

"Vamos fazer a reforma das reformas".

Desde o desgoverno Collor que os nossos PHD's em Previdência propõem reformas no sistema.

Criaram o famigerado Fator Previdenciário, como solução para a idade mínima. Na verdade, roubaram dos aposentados seus direitos, pois estes contribuíram sobre 10 salários mínimos, e hoje não recebem nem sete. Os que contribuíram sobre três salários hoje recebem o benefício ínfimo de 1 salário, isso porque a Lei estabelece que ninguém pode receber menos do que 1 salário mínimo.

Falam em déficit previdenciário, mas não dizem que esse déficit é proveniente do Rural; que apesar do agro ser tech e pop, não contribui para a Previdência.

No **INSS**, mencionam excesso de servidores, mas não enfatizam o decréscimo de mão de obra. Uma autarquia que contava com 50 mil servidores, e hoje opera com apenas 25 mil.

Muitos servidores estão trabalhando em home office, com equipamentos próprios, sem condições de retorno ao trabalho presencial. Os equipamentos estão obsoletos e temos uma Dataprev obesa de funcionários. Uma empresa que foi criada para servir à Previdência, mas que não cobra e nem divulga os grandes devedores, demonstrando incompetência ou má gestão.

Na verdade, a preocupação maior é com os consignados dos beneficiários do **INSS**. Porém, o seu parque tecnológico para suprir as necessidades do gigante que é o **INSS** deixa a desejar.

Temos hoje 1,4 milhões de benefícios represados por falta de servidores.

Aduzido a isso, segundo LAI, foi constatado que desde janeiro de 2023 até abril deste ano, os sistemas de processamento de dados do **INSS** registraram 154 interrupções que, somadas, totalizam dois meses, 13

dias, 13 horas e 36 minutos fora do ar. Sistemas esses cuja a Dataprev é responsável. Estima-se que, por conta dessas quedas, a análise de 3,4 milhões de processos não pôde ter andamento.

Reconheço o esforço do atual presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, mas o **INSS** é somente uma autarquia, que entendo como ideal que a mesma fosse transformada em Autarquia Especial ou mesmo em uma Agência Reguladora.

Acho que precisamos reformar a casa.

Embora muitos se habilitem a avaliar os resultados da Previdência, afirmo que quem entende de Previdência são os previdenciários, que aprendem no balcão.

Sugiro que, antes da criação de comissão no Congresso Nacional, criem-se grupos de trabalhos.

Não é necessária reforma para suprir o direito do trabalhador, mas sim uma reforma na gestão, que saiba o quanto se arrecada e o quanto se paga.

Uma PREVIC e uma Dataprev dentro do próprio Ministério porque hoje quem fiscaliza os devedores é a **Receita Federal** e a AGU.

Então, deputados e senadores, criem uma comissão para fiscalizar a reforma interna, porque, afinal, quase 1/6 da população brasileira é beneficiária da Previdência.

A Previdência até hoje está ferida de morte, em consequência do desmanche trágico que sofreu o seu Ministério e que, apesar de ter sido recriado, o fez sem o retorno dos seus cargos, e o número de servidores também não voltou.

Não à reforma da legislação.

Reforma interna do Ministério da Previdência. Já!

Site: <https://flip.odia.com.br>

# Previdência, uma questão global - LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI

A sustentabilidade da **previdência social** é motivo de preocupação global. As mudanças demográficas e inovações no mercado de trabalho atingem em cheio modelos seculares, impondo desafios complexos.

Um estudo do Fórum Econômico Mundial sobre oito grandes sistemas públicos de pensões, incluindo Estados Unidos e China, projetou um déficit acumulado de US\$ 400 trilhões para o ano de 2050. A cifra é cinco vezes o **PIB** global.

Entre nós, o déficit previdenciário em 2024 será de R\$ 326,1 bilhões, de acordo com o Tesouro Nacional.

Os ajustes necessários na previdência pública são difíceis de realizar. No ano passado, a França enfrentou uma dezena de protestos consecutivos antes de conseguir aprovar a elevação de 62 para 64 anos na idade mínima para aposentadoria.

Pactuou-se uma transição até 2030, com uma subida de três meses por ano.

A Alemanha, para manter seu sistema, que data de 1889, dedica o equivalente a um terço de sua capacidade de investimentos públicos para o fundo de aposentadoria. Neste ano, serão  $\approx$  127 bilhões. Com a queda do número de contribuintes alemães em relação aos que se aposentam, o plano é o aumento da idade mínima para 69 anos, até 2030.

A BlackRock, maior gestora de ativos do planeta, dedicou à sua carta anual de 2024 o título Hora de Repensar a Aposentadoria.

Nela, o CEO Larry Fink sustenta que a proposta de uma aposentadoria tradicional é muito mais difícil de ser realizada hoje do que era há 30 anos. E que daqui a 30 anos ficará ainda mais difícil. Em Nova York, esse foi o tema central durante recente encontro institucional que tivemos.

Compartilhamos o entendimento de que os modelos previdenciários demandam ajustes contínuos para serem sustentáveis ao longo do tempo.

No Brasil, o debate necessário sobre ajustes no modelo previdenciário atual já encontra caminhos para um consenso. Dos principais agentes públicos a especialistas, a concordância é que a bem-sucedida

reforma da Previdência, feita em 2019, já precisa ser atualizada.

O ano de 2027 está no horizonte como o momento em que se tornará impossível cumprir as regras estabelecidas no arcabouço fiscal.

Com um projeto claro e debatido amplamente por todos, o País conseguiu, cinco anos atrás, fazer uma reforma que deu fôlego e adaptou a Previdência às novas configurações da sociedade. Um novo esforço se faz necessário para buscarmos o equilíbrio de contas em benefício de toda a sociedade.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Governo irá pagar R\$ 9,8 bi em emendas em 10 dias

**Fernando Exman, Andréa Jubé e Julia Lindner De Brasília**

Em um esforço para cumprir o acordo feito com o Congresso de pagar cerca de 60% das emendas parlamentares ao Orçamento até o último dia permitido pela legislação eleitoral, o Palácio do Planalto irá desembolsar aproximadamente R\$ 9,8 bilhões entre o dia 25 de junho e sexta-feira (5). A medida coincide com a reta final dos trabalhos legislativos: a expectativa é que a Câmara avance na regulamentação da **reforma tributária** do consumo, enquanto no Senado fontes do Palácio do Planalto acreditam que o destaque da pauta será a proposta de emenda constitucional (PEC) que alivia as contas dos municípios.

Segundo o Valor apurou, a meta do Palácio do Planalto é chegar a 5 de julho com um total de R\$ 13,8 bilhões de emendas individuais pagas. Como até 25 de junho o valor quitado foi de R\$ 8,9 bilhões, isso demanda R\$ 4,9 bilhões.

Em relação às emendas de bancada, o pagamento entre 25 de junho e 5 de julho deve ser de R\$ 28,5 milhões, o que totalizaria R\$ 401,2 milhões. Isso porque já foram realizados pagamentos de R\$ 372,7 milhões até 25 de junho.

Já a expectativa para pagamentos referentes às emendas de comissão também é de R\$ 4,9 bilhões, fazendo com que os desembolsos nessa rubrica somem R\$ 7,8 bilhões até a sexta-feira. Entre janeiro e 25 de junho, eles foram de R\$2,9 bilhões.

Dessa forma, somando emendas individuais, de comissão e de bancada, a estimativa do Executivo é pagar R\$ 9,8 bilhões em dez dias. No acumulado do ano até 25 de junho, os pagamentos totalizaram R\$ 12,1 bilhões. Ou seja, se cumprida a meta, em 2024 serão R\$ 22 bilhões destinados até 5 de julho para as emendas parlamentares.

A liberação contempla o acordo feito com o Congresso por meio do qual o governo conseguiu manter o veto presidencial que barrou a criação de um calendário para esses pagamentos de emendas.

Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, o deputado Danilo Forte (União-CE) disse que o

início do pagamento das transferências especiais, as chamadas emendas Pix, agradou os parlamentares. Criticadas pela falta de transparência e controle, elas são enviadas diretamente para prefeituras e estão dentro da conta de emendas individuais.

"Está todo mundo otimista. O início do pagamento das transferências agraciou muito. E a gente espera que o governo consiga cumprir o pagamento do que prometeu até o dia 5, que é a questão dentro do prazo eleitoral, principalmente aquilo que é primeiro pagamento, para não causar infração à lei eleitoral", disse Forte.

"A grande preocupação é fazer com que os recursos cheguem aos municípios, principalmente na véspera do período eleitoral. A dinâmica empreendida nesses últimos dias foi positiva e agora estamos aguardando que ele [governo] consiga terminar bem essa primeira rodada [de pagamentos]", acrescentou, apontando, por outro lado, que existem muitos pagamentos de "restos a pagar" do Orçamento do ano passado que também são alvo de pressão para serem quitados em breve.

Forte lembrou que os deputados e senadores tentaram impor um calendário para esses pagamentos até o dia 30 de junho, mas que o governo negociou fazer as liberações até o dia 5 de julho.

O senador Marcelo Castro (MDB-PI) afirmou que o governo tem cumprido o acordo até o momento. "Isso é bom. Ninguém é obrigado a fazer acordo. Agora, se fez, tem que cumprir", declarou ao Valor.

Castro disse que o governo se comprometeu a pagar as emendas da saúde e parte das emendas de transferências especiais, que são recursos fundo a fundo, que não dependem de projeto para serem destinados, antes do prazo eleitoral. Segundo fontes do governo, isso tem ocorrido, e vem reduzindo a pressão política sobre a ministra da Saúde, Nísia Trindade.

"Como estamos em um ano de eleição e não pode haver transferência depois do dia 5 de julho, qualquer recurso que fosse para obras só vai funcionar no ano que vem. Então, o governo fez esse acordo para pagar esses recursos fundo a fundo até o dia 5 de julho. E o governo está cumprindo, está pagando muita coisa, acredito que vai pagar tudo [o que prometeu]", afirmou

o senador piauiense.

Em paralelo, a expectativa do governo é que o Congresso consiga aprovar algumas pautas estratégicas antes de entrar em recesso e ficar vazio devido às campanhas municipais.

Na Câmara, o destaque da pauta é a regulamentação da **reforma tributária**. Preocupam o governo o fato de os relatórios ainda serem desconhecidos e o calendário apertado. Para fontes do Planalto, o Senado tende a privilegiar a PEC 66. Ela reabre o prazo para que as prefeituras parcelem dívidas com a **Previdência Social** e define limites para o pagamento de precatórios. Já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e agora depende do plenário.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187916?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187916?page=1&section=1)**

# Idosos e pessoas com deficiência podem ter direito a receber o BPC

## CAIO PRATES

Pessoas com mais de 65 anos ou indivíduos de qualquer idade com deficiência podem ter direito ao BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Trata-se de um benefício instituído pela Loas (Lei Orgânica da Assistência Social) - Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. É uma garantia de um salário-mínimo para cidadãos e cidadãs de baixa renda.

O advogado Ruslan Stuchi, sócio do Stuchi Advogados, explica que para ter direito a esse benefício, a renda familiar per capita não pode ultrapassar 1/4 do salário-mínimo por pessoa. "E no caso da pessoa com deficiência, esta condição tem de ser capaz de lhe causar impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, com efeitos por pelo menos dois anos, que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Além da renda, as pessoas com deficiência também passam por avaliação médica e social no **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social)", afirma.

O objetivo do BPC é amparar a população que não tem condições de se manter e não conta com auxílio de familiares, destaca o advogado João Badari. "No caso do idoso ou da idosa, com mais de 65 anos, basta comprovar a situação de pobreza e o limite de renda definido para receber o BPC, que é de um quarto do salário mínimo vigente por morador da residência da família desta pessoa", alerta.

Os especialistas ressaltam que o Benefício de Prestação Continuada não é uma aposentadoria, pois não é preciso ter contribuído com o **INSS** para garantir o direito de receber o valor mensal.

"Além disso, o BPC não dá direito ao pagamento de 13º salário e nem de pensão por morte para os dependentes, como acontece com a aposentadoria.

Na prática, ele é um benefício de assistência social de responsabilidade do governo federal e não pode ser acumulado com outros benefícios previdenciários", afirma João Badari.

De acordo com o advogado Ruslan Stuchi, para calcular a renda por pessoa do grupo familiar são considerados o próprio beneficiário, o cônjuge ou companheiro, os pais (ou madrasta e padrasto), os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados. "Todos devem morar na mesma casa", frisa.

Segundo os advogados, apesar da restrição, algumas decisões judiciais têm defendido que a condição de pobreza do idoso deve ser avaliada individualmente, possibilitando a concessão do BPC em casos em que a renda per capita ultrapassa o limite, mas fica clara a impossibilidade de sustento.

"Para isso, são considerados também elementos sociais como: relações familiares fragilizadas, oferta reduzida de serviços comunitários e sociais, carência econômica familiar, baixo nível de escolaridade, inatividade da maioria das pessoas idosas, precárias relações com o meio onde vivem e baixa auto-estima frente à idade avançada", relata Badari.

Advogado alerta que o benefício não é vitalício

O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) estabelece que o benefício já concedido a um idoso não deve ser considerado no cálculo da renda de outro idoso. "Logo, se dois idosos moram juntos, é possível rever o cálculo da renda per capita na justiça para requerer o BPC. Outro ponto importante é que o idoso e sua família precisam estar inscritos no CadÚnico (Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal) para receber o benefício", orienta Ruslan Stuchi.

Outro ponto importante é que o BPC não é vitalício.

"O Benefício de Prestação Continuada não é vitalício, pois é necessário fazer a revisão do benefício a cada dois anos. Se for constatado que o beneficiário continua atendendo aos requisitos, o BPC é renovado por mais dois anos, e assim por diante", aponta Stuchi.

E caso o pagamento seja interrompido é preciso avaliar se o corte não foi irregular, destacam os especialistas. "O benefício só pode ser interrompido em três situações: quando o beneficiário não cumpre mais os requisitos do BPC, como, por exemplo, o aumento da renda per capita ou eventual recuperação da capacidade de trabalho; quando é constatada

alguma irregularidade; ou quando o beneficiário falece. O processo de revisão bianual começa com uma avaliação realizada por assistentes sociais e passa pela perícia médica, no caso das pessoas com deficiência.

Se o pedido for indeferido, o beneficiário tem 30 dias para apresentar recurso e pode até procurar a Justiça em casos de recusas intensivas", afirma João Badari.

**Site:**

**[https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab\\_2D95AD0486B452F589FFA800566B74A5908830AFA1A7B9DCC7D6AB004B59706F7DC800A38C11F6DA02211DBB41F4C04704910B25C4DD0E303003768B23B1B238F0CA6BC75D4E94CD7F92E6FA3BDC8F19130F4753A56541BDCF7B64310D1A00538DDC79E3D405A062BB3DA06B55737D92451D900FB734CE00B4778F2BC447E](https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_2D95AD0486B452F589FFA800566B74A5908830AFA1A7B9DCC7D6AB004B59706F7DC800A38C11F6DA02211DBB41F4C04704910B25C4DD0E303003768B23B1B238F0CA6BC75D4E94CD7F92E6FA3BDC8F19130F4753A56541BDCF7B64310D1A00538DDC79E3D405A062BB3DA06B55737D92451D900FB734CE00B4778F2BC447E)**

# Cuidados para não se enrolar no consignado

**Leticia Lopes**

Lançado há 20 anos, o crédito consignado se tornou um sucesso. Operado tanto por grandes bancos quanto por financeiras de menor porte, o filão somou em maio R\$ 653,7 bilhões, o que representa cerca de um terço do total de crédito com recursos livres para pessoas físicas no país, segundo o Banco Central.

Apesar de ser a modalidade de empréstimo mais barata, é importante ter cuidado para não cair em armadilhas, seja contrair uma dívida de longo prazo ou se perder na quantidade de consignados tomados ao mesmo tempo.

Planejadora financeira e professora de Finanças da Fundação Getulio Vargas (FGV), Myrian Lund analisa que, apesar de o governo limitar os juros cobrados pelas instituições financeiras no crédito com desconto em folha para beneficiários do **INSS**, outras características dessas operações acabam prejudicando os consumidores. Ela lembra que, em geral, os prazos de pagamento são muito longos. Em alguns casos, o contrato dá até dez anos para que a dívida seja quitada, o que leva a um comprometimento maior do orçamento familiar mensal. Para a professora, o ideal seriam parcelamos por no máximo 60 meses.

- Por ter uma taxa limitada pelo governo, acaba sendo um empréstimo mais barato e vantajoso principalmente para quem não sabe negociar. Mas os bancos permitem que o pagamento seja feito em 96, até 120 meses.

Essa expansão de prazo não ajuda, mas atrapalha as pessoas - afirma. - Como alguém consegue perder uma fatia da renda por tanto tempo?

Acaba tendo consequências não apenas na redução da renda mensal mas também até numa inadimplência em outros pontos da vida financeira da família.

**APOSENTADOS E PENSIONISTAS** A maior fatia das operações com desconto em folha é dos **servidores públicos**, mas a destinada aos beneficiários do **INSS** também é representativa.

Para se ter uma ideia, só no primeiro trimestre deste ano, aposentados e pensionistas receberam R\$ 29,02 bilhões em crédito com desconto em folha - o maior da série histórica do BC, 47,4% a mais que o mesmo período do ano passado.

A alta nas concessões tem a ver com os juros mais baixos para quem recebe benefícios do **INSS** são mais baixos.

Em maio, a taxa média ao ano cobrada pelos bancos chegou a 21,73%. Já o crédito pessoal geral ficou com média anual de 93,95%.

Desde o início do governo Lula, o Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) têm seguido os cortes na taxa Selic e já reduziu o teto dos juros dessas operações sete vezes: no fim de abril, o percentual máximo caiu de 1,72% para 1,68% ao mês.

Como as parcelas são descontadas em folha, o crédito consignado tem um risco menor para o banco. Por isso, os juros são mais baixos.

Mas, ainda assim, representa um risco de endividamento principalmente para aposentados e pensionistas, que em sua maioria ganham apenas um salário mínimo (R\$ 1.412).

**Assédio dos bancos**

Myrian Lund, da FGV, também observa que há outros entraves na operação, como o assédio excessivo dos bancos aos beneficiários, com ofertas "boas demais", o que contribui para um aprofundamento da dívida, principalmente daqueles com menor renda.

Desde 2018 (veja abaixo a linha do tempo), bancos e financeiras são proibidas de fazer propostas de crédito consignado diretamente aos beneficiários nos primeiros seis meses após a liberação do benefício - no que o **INSS** chama de assédio comercial.

Além disso, pelas regras estabelecidas pela **Previdência Social**, se o aposentado ou pensionista quer fazer um empréstimo consignado, ele precisa primeiro pedir o desbloqueio do benefício. Ainda assim, instituições financeiras continuam ofertando as operações, na esperança de convencer o segurado a desbloquear o benefício.

- Em muitos casos, o segurado descobre que o benefício foi liberado justamente por conta de uma ligação do banco oferecendo empréstimo. É algo muito alarmante. As concessões saem no Diário Oficial, mas como essas empresas conseguem dados pessoais para ligar para as pessoas? - questiona a coordenadora jurídica do Sindicato dos Aposentados,

Pensionistas e Idosos (Sindnapi), Tonia Galleti.

Taxa antecipada abusiva

Tonia analisa que "há um mercado focado no assédio" para a liberação de crédito. E o problema parece não estar restrito apenas aos aposentados e pensionistas - que podem contratar operações com desconto em folha -, mas também atinge quem recebe outros benefícios do **INSS**.

É o caso de uma profissional de óleo e gás, que preferiu não se identificar. Diagnosticada com um câncer de mama, ela se afastou do trabalho e deu entrada no benefício por incapacidade temporária (o antigo auxílio-doença). Depois de passar pela perícia médica, a trabalhadora foi comunicada pelo **INSS** de que deveria procurar uma agência da Crefisa para abrir a conta.

Poucas horas depois de deixar a agência, em Laranjeiras, na Zona Sul - e antes mesmo que o benefício começasse a ser pago -, ela foi procurada por telefone por um atendente da financeira oferecendo um empréstimo de antecipação da primeira parcela do benefício, com juros de 27% ao mês.

- Fiquei incomodado. É muito revoltante. Além do assédio, é uma taxa extremamente abusiva. É tirar dinheiro de forma absurdamente gananciosa - reclama o empresário Eduardo Matos, pai dela.

'Não temos informação de vazamento'

Na última semana, o **INSS** confirmou que informações sigilosas de aposentados e pensionistas ficaram vulneráveis em meio a acessos sem controle ao Sistema Único de Informações de Benefícios (Suibe). O cadastro reúne dados dos mais de 40 milhões de segurados, como nome, CPF, telefone e o valor recebido.

O instituto argumenta que, em gestões passadas, foram distribuídas senhas para ingresso ao sistema, mas sem acompanhamento do acesso. Além disso, o ingresso era simples, com login e senha, e sem autenticação com duplo fator.

O presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, defende que o governo vem implementando medidas para coibir fraudes e mitigar o acesso aos dados dos aposentados, como o uso de biometria.

- Conseguimos, de alguma forma, mitigar o acesso à informação dos aposentados.

Não temos informação de vazamento, mas o fato é

que já melhoramos a governança do sistema de dados, trocamos ou cancelamos senhas.

Trouxemos as melhores práticas com o objetivo de evitar que, eventualmente, algum aposentado seja perturbado ou assediado.

Isso tudo a gente não tolera, e quem fizer isso vai ser multado - afirma ele. s

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Lira quer regulamentar tributária em 15 dias - CLÁUDIO HUMBERTO

## **CLÁUDIO HUMBERTO**

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), assumiu como missão votar a regulamentação da **reforma tributária** ainda na primeira quinzena de julho e já deu o recado ao grupo de trabalho que trabalha no projeto. O GT nem mesmo pôde parar as atividades durante o recesso branco de São João e esteve presencialmente na Câmara nesta última semana. Com recesso parlamentar, o oficial, se avizinando e a eleição na cola, Lira quer votar e ter a regulamentação aprovada sob sua gestão.

**Agenda apertada** O relatório do grupo deve ser apresentado nesta semana. Se nada der errado, a expectativa é que seja na quarta-feira (3).

**Tolerância** O empenho de Lira é tanto que até tem tolerado Alexandre Padilha (Relações Institucionais), ministro de Lula declarado desafeto pessoal.

**Respingos** Para não melar a votação, Lira segurou até a oficialização de nome para sucessão na presidência da Câmara. Não quer que vire barganha.

**Fator Pacheco** Aprovada na Câmara, a proposta segue para o Senado. Rodrigo Pacheco (PSD--MG), roda presa, tem se comprometido a votar em 2024.

**Padrão PT** Para Rogério Marinho (PL-RN), não há surpresa com o déficit de R\$280 bilhões nas contas públicas no ano. "O padrão PT de governar é deixar o país no vermelho. Gastar como se não houvesse amanhã".

### **Site:**

**<https://digital.jornalnh.com.br/edicao/imprensa/15713/01-07-2024.html?all=1>**

# Dona de casa pode se aposentar pelo INSS mesmo sem trabalhar fora

De acordo com os dados mais recentes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em torno de 2,5 milhões de mulheres brasileiras deixaram de trabalhar fora para cuidar de seus lares em 2022. A atuação das donas de casa é fundamental para a vida das suas famílias. Contudo, não trabalhar com carteira assinada ou como MEI (Microempreendedora Individual) faz com elas não contribuam de forma automática com o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

O que muitas donas de casa não sabem é que há outro caminho para elas poderem contar com a merecida aposentadoria quando envelhecerem: a contribuição facultativa. Especialistas explicam que ela pode ocorrer por meio do pagamento de um carnê do **INSS**, a GPS (Guia de **Previdência Social**).

"A chamada contribuição facultativa pode ser feita por qualquer pessoa, o que inclui todas as mulheres pelo Brasil a fora que cuidam dos seus lares. O valor está atrelado ao salário-mínimo e afeta quanto você vai receber de aposentadoria no futuro", explica Andrea Cruz, advogada previdenciária do escritório Andrea Cruz Advogados Associados.

Há três modalidades de contribuição facultativa. A primeira faz parte do chamado plano simplificado. É pago valor correspondente a 11% sobre o salário-mínimo (R\$ 1.412 em 2024), o que gera hoje uma guia mensal de R\$ 155,32. Essa contribuição resultará em uma aposentadoria que também corresponde ao salário-mínimo. Já o plano convencional está relacionado atualmente a uma guia no mês a partir de R\$ 282,40. O valor pode variar de 20% sobre o salário-mínimo até o limite de R\$ 7.786,02.

"Nesse caso, as regras criadas pela Reforma da Previdência fazem com que o valor da aposentadoria corresponda a 60% da média das contribuições feitas. Por isso é importante pensar bem no valor que você vai contribuir. Ele vai impactar lá no futuro", lembra Andrea.

O advogado previdenciário João Valença, do escritório VLV Advogados, ressalta que as donas de casa ainda podem utilizar a sua condição financeira para um caminho mais vantajoso. A terceira opção de contribuição facultativa é a de baixa renda. Pode contar com ela qualquer pessoa que tenha uma renda

familiar de até 2 salários mínimos (R\$ 2.824 em 2024); que esteja inscrita e com a sua situação atualizada nos últimos dois anos no CadÚnico, o cadastro dos programas sociais do governo federal; que não exerça nenhuma atividade remunerada; que se dedique apenas ao trabalho doméstico em sua própria casa; e que não possua renda própria.

"Essa é opção de contribuição mais vantajosa para quem pode contar com ela. O valor da guia mensal corresponderá a 5% sobre o salário mínimo, o que hoje corresponde a R\$ 70,60. Contudo, assim como no caso do plano simplificado, a aposentadoria também será de um salário-mínimo", orienta.

Como conseguir o carnê

A emissão da Guia da **Previdência Social** pode ser feita por meio do Sistema de Acréscimos Legais, da **Receita Federal**. O primeiro passo é escolher o módulo correspondente à data em que a dona de casa se filiou ao **INSS**. Caso ela não esteja inscrito no órgão, é possível fazer o cadastro por meio do site do governo federal. A inscrição é feita de forma automática para quem já trabalhou com carteira assinada, por exemplo.

A segurada deverá depois escolher qual tipo de contribuição deseja fazer. O próximo passo será fornecer dados pessoais como o seu endereço e o código de pagamento. Os códigos no caso da dona de casa podem ser o 1473 (pagamento mensal no plano simplificado); 1490 (pagamento trimestral no plano simplificado); 1406 (pagamento mensal no plano convencional); 1457 (pagamento trimestral no plano convencional); 1929 (pagamento mensal para o plano de baixa renda); e 1937 (pagamento trimestral para o plano de baixa renda).

"Há a possibilidade de fazer o pagamento mensal ou parcelar em quatro vezes no ano. O prazo é o dia 15 seguinte ao mês ou ao trimestre da guia em questão. E o pagamento em atraso é aceito no limite de até seis meses. O carnê pode ser pago em lotéricas, agências bancárias e ou por meio do aplicativo ou site do banco da dona de casa. O **INSS** não aceita receber valores por meio do Pix", orienta Thiago de Pauli Pacheco, advogado previdenciário do escritório De Pauli Pacheco Advocacia Previdenciária.

Infelizmente é possível que muitas donas de casa cheguem à terceira idade sem tomarem conhecimento da possibilidade de pagar o carnê e sem terem contribuído com o **INSS**. Desse modo, a aposentadoria não será possível. O advogado previdenciário Erick Magalhães, do escritório Magalhães & Moreno Advogados, lembra que ainda é possível que a dona de casa conte ao menos com algum benefício.

"O BPC é garantido a todos os brasileiros com mais de 65 anos ou que tenham alguma deficiência, desde que estejam inscritos no CadÚnico e tenham uma renda inferior a um quarto do salário-mínimo, ou seja, até R\$ 353. O benefício tem hoje o valor mensal de R\$ 1.412, correspondente a um salário-mínimo", finaliza.

(\*) HOMEWORK inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

**Site: <https://www.terra.com.br/economia/dona-de-casa-pode-se-aposentar-pelo-inss-mesmo-sem-trabalhar-para,190cb52dfc273b4c716d73c2bef52ff8r2g8f59n.html>**

# Inclusão de carnes na cesta básica da reforma elevará alíquota-padrão

**BIANCA LIMA MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA**

A fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em defesa da isenção de **impostos** para o frango aumentou a pressão do setor produtivo e de parlamentares pela ampliação da cesta básica com imposto zero, criada pela **reforma tributária**. A inclusão das carnes, porém, elevaria a alíquota de referência do novo Imposto sobre Valor Agregado (o IVA, que vai unificar cinco **tributos**).

A inserção das proteínas animais é uma demanda do setor de alimentos e supermercados que foi acolhida pela bancada ruralista no Congresso. Segundo apurou o Estadão, os deputados que lideram a regulamentação da **reforma tributária** tendem a acrescentar não apenas o frango, mas todos os tipos de carnes, como bovina e pescados.

O projeto de lei complementar enviado pela equipe econômica ao Congresso não prevê nenhuma proteína animal na lista com alíquota zero. As carnes ficaram na tributação 60% inferior à padrão, com exceção de itens considerados de luxo, como foie gras, salmão, ovas e bacalhau. Esses produtos estão no IVA "cheio", estimado em 26,5%.

Se as carnes de frango fossem incluídas na cesta isenta, a alíquota média do novo IVA subiria de 26,5% para 26,7%. É o que aponta a ferramenta do Banco Mundial que calcula os impactos da ampliação dos produtos com taxa zero ou reduzida nos demais itens e serviços consumidos pela população.

Trata-se de um aumento menor do que o provocado por uma eventual inserção das carnes bovinas - as quais, sozinhas, elevariam o IVA médio para 26,9%. Já no caso de todas as carnes serem transferidas para a cesta básica, isso levaria o IVA a 27,1%, segundo a plataforma, batizada de SimVat (na sigla em inglês).

A fala de Lula, na semana passada, serviu de combustível aos discursos usados pela indústria para a inclusão desses itens na cesta básica zerada. Na Câmara, deputados do grupo de trabalho criado para elaborar o primeiro relatório de regulamentação da reforma afirmam que, politicamente, será difícil para o PT e para Lula barrar as proteínas animais na cesta básica.

O Banco Mundial aponta que as aves e suas miudezas são as proteínas mais consumidas pela população pobre do País. Segundo a ferramenta, os 40% mais pobres concentram mais de um terço do consumo das aves (em reais gastos), enquanto os 10% mais ricos consomem 13,9%. Os peixes (exceto salmonídeos, atuns, bacalhaus, hadoque, saithe, ovas e outros subprodutos) aparecem na sequência, com 32,3% do gasto concentrado nos mais carentes, e 17,5% nos mais ricos. Já no caso dos bovinos, a calculadora aponta que 40% dos mais carentes do País consomem quase o mesmo percentual (23,9%) que os 10% mais ricos (18,9%).

Alimentação Declarações de Lula em defesa da isenção para carne de frango aumenta pressão para inclusão de produtos

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Banco Mundial diz que devolução de tributos ainda é a melhor saída

**BIANCA LIMA MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA**

O Banco Mundial alerta que novas ampliações da cesta básica, combinadas com a eliminação do cashback (devolução de imposto aos mais pobres), podem ser uma maneira ineficiente de ajudar os mais vulneráveis.

Para o organismo, assim como para o Ministério da Fazenda, a forma mais eficaz de desonerar os mais carentes, de forma focalizada, é por meio do cashback. Esse sistema, porém, sofre críticas do setor de alimentos, que defende a ampliação dos itens da cesta básica isenta.

"Acho interessante o presidente Lula estar pensando na inclusão do frango na cesta básica exatamente agora que estamos discutindo a composição dessa lista no Congresso.

Por que o governo não previu isso no projeto de lei complementar, então?", questiona o deputado Claudio Cajado (Progressistas- BA), que compõe o grupo de trabalho de deputados que elaboram o relatório final do texto.

A previsão é de que o relatório seja apresentado na próxima semana e votado no plenário da Câmara antes do recesso parlamentar, em 17 de julho.

Cajado afirma que há uma série de pleitos para a inclusão de itens na cesta básica, para além de frango, peixe e carne bovina. Há pedidos, por exemplo, para a inserção de bacon, salsicha, sal e bolachas. Segundo o deputado, todas as demandas serão analisadas nos próximos dias, juntamente com os técnicos do Congresso, bem como os efeitos na alíquota padrão da nova tributação.

"Não queremos que a alíquota saia de 26,5% (média atual). Se não tiver repercussão na alíquota ou conseguirmos compensar em outro lugar, aí poderemos atender ao pleito (das proteínas). Mas ainda estamos analisando e não há decisão tomada. Até porque, quando houver, será por meio de todos os relatores", diz o parlamentar.

Os deputados afirmam que o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), concedeu autonomia ao grupo, mas pediu para que não houvesse alteração na

alíquota de referência.

INDÚSTRIA. Além de defender a isenção do frango, que é "o que o povo come todo dia", Lula afirmou que é preciso fazer uma "mediação" e diferenciar a tributação de carnes consumidas por mais ricos dos cortes consumidos pelos mais pobres.

Os representantes do segmento de alimentos, que trabalham em conjunto na Câmara na defesa da ampliação da cesta, alegam, porém, que não é possível separar as proteínas animais, até por uma realidade de mercado.

Isso porque as grandes empresas do setor têm operações em mais de um ramo de atuação.

É o caso da JBS, do Frigorífico Agra e do Zanchetta. A Copacol, que opera no ramo de aves e de tilápia, por exemplo, é sócia da Frimesa, que produz suínos.

SUPERESTIMATIVA. O presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), João Galassi, afirma que o peso das carnes está superestimado nos cálculos e que o impacto na alíquota de referência é menor.

Além disso, ele afirma que, com a taxação da alíquota reduzida em 60%, as carnes terão um aumento da carga tributária - o que vai dificultar ainda mais o acesso da população ao alimento.

"Os compradores da carne brasileira no exterior pagarão menos imposto para comer a nossa carne do que nós, brasileiros", afirma Galassi, uma vez que a norma prevê que as exportações serão isentas de tributação. Ele sustenta que o texto da emenda constitucional da **reforma tributária**, promulgada no ano passado, estabelece que os alimentos de consumo humano terão alíquotas mais baixas.

ISONOMIA. Presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ricardo Santin, defende que todas as carnes tenham o mesmo tratamento.

"Não é o governo que tem que dizer qual carne o povo deve consumir. Todas as carnes têm que estar na cesta básica", afirma.

Nesse cenário de preocupação com a alíquota padrão

do IVA, o Seletivo, chamado de "imposto do pecado", figura como possível via de compensação a eventuais flexibilizações na cesta básica. Ainda assim, não se trata de solução simples, tendo em vista o grande número de setores mobilizados em torno do tema - que é igualmente polêmico.

Nesse grupo, estão as indústrias de bebidas alcoólicas e açucaradas, os fabricantes de cigarros, carros, barcos e aeronaves e as empresas de petróleo e minério - todos engajados em fugir ou amenizar essa sobretaxa. Deputados alegam, porém, que há "gordura" nos cálculos da Fazenda e que, mesmo com a inclusão das carnes, é possível que a alíquota de referência não suba.

Sem mudanças Deputado que relatou reforma na Câmara diz que o ideal é não alterar a alíquota-padrão já definida

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Reforma tributária: deputados vão incluir carnes, frango e sal na cesta básica e apostam em alíquota padrão de 25%

*Victoria Abel*

Os deputados do grupo de trabalho que analisa a regulamentação do primeiro texto da **Reforma Tributária** fecharam questão sobre a inclusão das carnes na cesta básica com alíquota zero. Em reunião neste domingo na Câmara dos Deputados, os parlamentares do chamado G7 concordaram que as proteínas bovinas, de frango e peixe devem ser isentas de imposto.

Os parlamentares ainda querem incluir o sal, que ficou de fora da isenção na versão do texto apresentada pelo governo. Para evitar a elevação da alíquota padrão, prevista inicialmente em 26,5%, eles vão incluir mais itens no Imposto Seletivo.

O primeiro texto da regulamentação da **Reforma Tributária** detalha a implementação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que juntos formaram o IVA (Imposto sobre Valor Agregado). O tributo vai substituir cinco **impostos** que recaem sobre consumo hoje: PIS, Cofins, IPI, ICMS, ISS. O segundo texto, que deve ser apresentado também na quarta-feira, trará os detalhes do funcionamento do Comitê Gestor, órgão que irá recolher e redistribuir o IBS a estados e municípios.

- A propensão de colocar carne de gado, frango e peixe, é muito grande, de 99%. Todo mundo quer isso - disse Hildo Rocha (MDB-MA).

Os parlamentares apostam que com mais produtos no chamado imposto do pecado, será possível baixar a alíquota padrão para uma média de 25%, a partir de 2033, quando o novo sistema estará em funcionamento com apenas o IVA incidindo sobre o consumo.

Antes, o Ministério da Fazenda apostava que a inclusão de proteínas na cesta básica poderia elevar a taxa de referência para até 27%. Parte das modificações na proposta será discutida nesta segunda-feira com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e os secretários Bernard Appy, de **Reforma Tributária**, e Robson Barreirinhas, da **Receita Federal**.

- Estamos tentando conciliar colocando proteína, mas sem aumentar a alíquota. O nosso compromisso é trabalhar para incluir, sem aumentar - disse Moses Rodrigues (União-CE).

O parecer deve ser apresentado ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), entre a noite de terça e a manhã de quarta-feira.

- Cabem algumas coisas (na cesta básica) por causa do imposto seletivo. Em 2033, já deve entrar uma alíquota de 25%, 24,5%, vai diminuindo e estamos apostando que até 2035, a alíquota estará em torno de 22% - afirmou o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

Entre os itens que podem ser incluídos no Imposto Seletivo estão: carros elétricos e jogos de azar virtuais, ou físicos, caso sejam autorizados no país. O tributo incide sobre produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A decisão, porém, ainda não foi tomada por não ser consenso entre os parlamentares. Os deputados afirmam que ainda não foram procurados por representantes dos setores, após a possibilidade das inclusões no IS repercutirem no mundo político e econômico.

No caso dos carros elétricos, a justificativa de ambientalistas e deputados para defesa da inclusão no IS é, principalmente, o fim pouco sustentável de baterias utilizadas nos veículos. Elas são feitas, em sua maioria, de lítio, minério com potencial de contaminar superfícies do solo e água. A lógica é que a proteção ambiental deve ocorrer do "berço ao túmulo", ou seja, desde a extração do material até seu descarte.

O segundo grupo de trabalho, que discute o Comitê Gestor, vai se reunir nesta segunda-feira para afinar os últimos pontos da proposta. Na terça, os parlamentares vão mostrar as modificações para governadores, em reunião em Brasília, e alinhar com as mudanças também com o outro grupo de trabalho. Na quarta, a versão final deve ser apresentada a Arthur Lira.

A previsão é que no mesmo dia seja publicado o texto

e na quinta-feira, uma coletiva de imprensa será feita para esclarecer dúvidas. Será dada uma semana para análise de todos os parlamentares, com votação em plenário prevista para semana que vem.

**Site:**

***<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/07/01/reforma-tributaria-deputados-vao-incluir-carnes-frango-e-sal-na-cesta-basica-e-apostam-em-aliquota-padrao-de-25percent.ghtml>***

# Reforma tributária: qual o efeito no ITCMD? - CONSULTÓRIO FINANCEIRO

*Luciana Pantaroto é planejadora financeira pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro E-mail: luciana@dianpantaroto.com.br*

Quais são os impactos da **reforma tributária** sobre o ITCMD, imposto que incide sobre doações e heranças?

Luciana Pantaroto, CFP, responde: A primeira fase da **reforma tributária** foi aprovada em dezembro de 2023 (Emenda Constitucional n-123/2023), trazendo alterações significativas em diversos **tributos**, entre eles o ITCMD.

O ITCMD - Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - é um imposto de competência estadual e do Distrito Federal que incide sobre transmissões gratuitas de patrimônio, como heranças e doações.

Embora cada Estado tenha legislação própria sobre o tema, todos elevem seguir diretrizes estabelecidas na Constituição e normas federais, respeitando a alíquota máxima de 8% estabelecida pelo Senado.

Entre as alterações aprovadas na primeira fase da reforma, três merecem destaque:

## 1 . O ITCMD passou a ser progressivo

Em resumo, a progressividade prevê que o percentual de imposto devido deve aumentar à medida que o rendimento aumenta. A progressividade do ITCMD já era permitida, mas, após a reforma, passou a ser obrigatória em razão do valor a ser recebido por cada indivíduo.

## 2. Situações com conexão no exterior

A EC n-123/2023 estabelece regras transitórias sobre situações com conexão no exterior até que essas questões sejam regulamentadas por lei complementar.

No caso de imóveis situados no Brasil, o ITCMD compete ao Estado em que eles estiverem situados, independentemente do local de domicílio das partes envolvidas.

Na doação de outros bens e direitos (exceto imóveis),

se o doador for residente no Brasil, incide ITCMD no Estado de seu domicílio. Caso o doador seja domiciliado no exterior, o ITCMD cabe ao Estado de domicílio do donatário (quem recebeu). Se ambos residirem no exterior, incide ITCMD no Estado em que se encontrar o bem.

Na sucessão, incide ITCMD sobre bens e direitos localizados no exterior se o falecido ou o sucessor tiverem domicílio no Brasil.

## 3 . Competência do Estado de residência do falecido

Outra alteração trazida pela reforma é que, em caso de sucessão, o ITCMD passa a ser devido no Estado de domicílio do falecido (exceto para bens imóveis). Anteriormente, o ITCMD era devido no Estado em que o inventário era processado, o que estimulava a abertura de inventários extrajudiciais em Estados com alíquotas mais baixas.

Assim, os Estados deverão promover alterações em suas legislações para refletirem as mudanças trazidas pela reforma, ocasião em que poderá ocorrer, inclusive, aumento da carga tributária atual. Em São Paulo, por exemplo, tramita o Projeto de Lei n- 7/2024, que prevê a alteração da alíquota atual de 4% para uma tabela progressiva que varia de 2% a 8%.

Em paralelo, tramita no Senado o Projeto de Resolução do Senado n-57/2019, que prevê a alteração da alíquota máxima atual de 8% para 16%.

A possibilidade de aumento na tributação sobre heranças e doações tem provocado aumento no interesse pelo planejamento sucessório, fazendo com que muitas famílias busquem a antecipação da transferência do patrimônio, evitando que a transmissão ocorra no futuro, quando a transferência poderá estar sujeita a uma tributação mais elevada.

No entanto, o planejamento sucessório requer análise cuidadosa dos instrumentos que melhor atendam aos objetivos da família, exigindo compreensão dos custos e da burocracia para sua implementação e manutenção, bem como de seus impactos tributários. Devido à complexidade do tema, é fundamental contar com o auxílio de um especialista.

Luciana Pantaroto é planejadora financeira pessoal e

possui a certificação CFP (Certified Financial Planner),  
concedida pela Planejar - Associação Brasileira de  
Planejamento Financeiro E-mail:  
luciana@dianpantaroto.com.br

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187916>

# Insistência - APOSENTADOS

## EMÍDIO REBELO FILHO

Continuaremos insistindo para que os recursos financeiros - arrecadados na conta **Seguridade Social** e disponibilizados em orçamento próprio - sejam aplicados somente em saúde, assistência social e **previdência social**, conforme estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Por esse motivo destacamos novamente o artigo 194: "a **Seguridade Social** compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinada a assegurar os direitos relativos à saúde, à assistência social e à **previdência social**". Entendemos que havendo o cumprimento firme e rigoroso do estabelecido na Carta Magna, os alardes de déficit deixarão de existir.

## TRANSFERÊNCIA

A transferência de recursos financeiros para atender programas de governo não identificados como **Seguridade Social** impede que as atribuições dessas três áreas sejam atendidas, prejudicando-as de forma perversa e impossibilitando a prestação dos serviços de qualidade à população brasileira. Os governantes haverão de ter a sensibilidade e o reconhecimento necessários para evitar essa sangria, respeitando o dispositivo constitucional. O instrumento Desvinculação de Receitas da União, que chamamos de famigerada DRU, criado no governo Fernando Henrique Cardoso e utilizado em todos os governos seguintes, não pode permanecer causando estragos irreparáveis. Tem que ser eliminado em definitivo. Justiça!

## SURPRESA

Peço aos leitores que não fiquem surpresos ou espantados com a informação que vou dar nesta nota. Fiz uma pesquisa sobre a retirada de recursos financeiros da conta **Seguridade Social** e verifiquei que, somente em uma única DRU emitida pelos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel **Temer** e Jair Messias Bolsonaro, o valor retirado é fantástico para não dizer assombroso. Foram retirados R\$ 617.971.583,666,00. E ainda querem nos convencer que não há recursos financeiros para pagar dignamente aposentados e pensionistas.

## PREVIDÊNCIA

Disse o ministro da **Previdência Social** Carlos Lupi

que vai passar um pente-fino nos benefícios pagos pela **Previdência Social**. O seu objetivo é conseguir uma economia de R\$ 750 milhões. É uma situação, ao que parece, de falta de ações e controles para evitar a concessão de benefícios fraudulentos. Não se entende que o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) esteja passando por essa dificuldade, quando sabemos que recursos financeiros existem e podem possuir um quadro de pessoal competente e de qualidade, assim como equipamentos tecnológicos modernos e que possam impedir o avanço de irregularidades prejudiciais ao funcionamento do Instituto.

## ANÁLISE

"Bruno Dantas faz análise sobre contas do governo". Este foi o título da reportagem publicada no jornal O Liberal de 23 de junho de 2024. O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), em sua análise, avalia que a Previdência precisa de ajustes nos próximos anos. Afirmou que boa parte das despesas do governo federal está relacionada aos benefícios previdenciários. Identificou que o déficit previdenciário é um dos mais representativos nas finanças públicas. Esqueceu-se de dizer ou não sabe que o Tribunal que dirige também foi beneficiado com verba transferida do Orçamento da **Seguridade Social** pelo instrumento Desvinculação de Receitas da União, a famigerada DRU.

## AUDITAGEM

Aproveitamos a oportunidade para solicitar ao TCU uma auditoria nas contas da **Seguridade Social** a fim de apurar o que de fato acontece com os recursos financeiros arrecadados e disponibilizados no Orçamento Seguridade e se existe amparo legal para a transferência desses recursos pela DRU, favorecendo diversos órgãos da União em detrimento ao que está definido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Título VIII - Da Ordem Social, Capítulo II - Da **Seguridade Social**, artigos 194 a 204.

## CARIDADE

"Aquele que tem caridade no coração tem sempre qualquer coisa para dar."

(Santo Agostinho)

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

# Reforma tributária e Plano Real (Reforma tributária)

Há poucos meses, o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), afirmou que a **reforma tributária** poderia ser o Plano Real do governo Lula. Retomo a comparação para fazer alguns paralelos.

Primeiro, a incerteza. Antes do real, ninguém sabia exatamente o valor dos bens e serviços. Na transição da moeda, houve uma onda de remarcações de preços. Ninguém queria ficar para trás, sem repor a **inflação** acumulada. O desafio era evitar que a desvalorização da moeda velha contaminasse o real.

Hoje, não se sabe qual a carga tributária dos bens e serviços. Cada um apresenta seus números para defender a manutenção de uma alíquota mais baixa. A tributação igual para todos da proposta original não vingou. Tenta-se conter os danos. O risco agora é contaminar o novo sistema com as distorções do atual.

Desse ponto surge a segunda questão. Nem todas as empresas sobreviveram sem a ajuda do dragão da **inflação**. Haverá vida para todas elas fora do manicômio tributário?

Distorções econômicas encobrem ineficiências. Quantas companhias têm condições de operar sem incentivos fiscais ou de oportunidades de judicialização em um ambiente de normalidade. Na dúvida, tenta-se preservá-los.

O último paralelo está em quase todas as reportagens e entrevistas da série Plano Real, 30 , da Folha.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

O plano de estabilização gestado há 30 anos ia além do controle de preços. Era também um conjunto de reformas voltadas ao crescimento, mas apenas parte delas foi aprovada pelo Congresso e passou pelo crivo da sociedade.

Temos novamente um conjunto de mudanças ambiciosas que vão além de um IVA (Imposto sobre Valor Agregado). Trata-se de saber se daqui a 30 anos teremos um sistema sem cumulatividade, distorções, judicialização, regressividade e carga excessiva sobre o consumo.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

**Site:** <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/07/reforma-tributaria-e-plano-real.shtml>

# 30 anos após Plano Real, R\$ 1 vale R\$ 0,12, mas salário mínimo aumentou; entenda

**Gabriel Rodrigues**

Fernando Henrique Cardoso, inicialmente ministro da economia e, depois, presidente, não foi o único "garoto-propaganda" do Plano Real. Entre a euforia e o receio da chegada de uma nova moeda, brilhava o frango. O quilo da ave custava, em média, um único real quando o plano estreou. O que hoje é a carne mais consumida no Brasil, na época foi uma novidade no carrinho de compras de muitos brasileiros e tornou-se um símbolo do aumento do poder de compra no país. Passados 30 anos, R\$ 1 já não compra as mesmas coisas de 1994, e os brasileiros assistem a serviços ficarem mais caros do que a **inflação** acumulada em três décadas. Por outro lado, o salário mínimo aumentou acima dela (mais de três vezes) e impulsionou a qualidade de vida.

Corrigido pela **inflação**, R\$ 1 de 1994 equivaleria, hoje, a cerca de R\$ 0,12. Não à toa, as lojas de R\$ 1,99 desapareceram desde então. Já o salário mínimo teve um salto acima da **inflação**. Para ter o mesmo poder de compra de 1995, quando o Plano Real estava em curso, o mínimo precisaria ser, hoje, de R\$ 1.039,81, segundo cálculos do economista da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis (Ipead) Diogo Santos. A base está acima disso, contudo - R\$ 1.420.

Leia mais. Plano Real 30 anos: 40% dos brasileiros nasceram após o caos da hiperinflação

Leia mais. Como Plano Real, idealizado por mineiros, nasceu há 30 anos e acabou com a hiperinflação

Leia mais. Sem 'tec-tec' das maquininhas de preço, Plano Real colocou frango e iogurte no carrinho dos brasileiros

"Com o envelhecimento da população, um maior número de pessoas vivendo da Previdência e os programas sociais atrelados a ele, o salário mínimo serve como uma referência de que o poder dos mais pobres e vulneráveis aumentou significativamente de 94 para cá", pontua o pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e professor sênior da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP) Heron do Carmo.

O aumento do poder de compra das famílias é uma expressão clara das mudanças macroeconômicas no dia a dia dos brasileiros. "Quando há controle inflacionário, a renda e o perfil de consumo das famílias mudam. Logo, se uma pessoa só comia arroz, feijão e uma carne de segunda, agora pode comer arroz, feijão e uma carne de primeira. Depois, diminui o arroz e o feijão para comer outras coisas e, por fim, amplia a alimentação fora do domicílio", explica o economista-chefe da Associação Paulista de Supermercados (Apas), Felipe Queiroz.

Ele calcula a variação da cesta de cerca de 200 itens básicos em São Paulo, uma das cidades com o custo de vida mais alto do Brasil. Em 30 anos, o índice mensurado pela Apas variou 428%. Em contrapartida, a **inflação** geral no período, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, foi de cerca de 708%.

Ainda que a variação dos produtos básicos tenha ficado, em geral, abaixo da **inflação** acumulada, o cenário muda na seara dos serviços. Queiroz destaca, por exemplo, a variação de mais de 1.000% dos preços de aluguel de imóveis na capital paulista. "Na medida em que a renda aumenta, as pessoas mudam de residência, e o efeito da especulação imobiliária é ampliado nos grandes centros. Não é um problema apenas de São Paulo ou de BH, mas mundial", diz.

Leia mais. 'Rico cada vez mais rico' com hiperinflação lamentou chegada do Plano Real

Leia mais. Nota de R\$ 1 pode valer R\$ 150: conheça o universo dos colecionadores de moedas

Tabela do IR está defasada

A tabela do Imposto de Renda também está defasada na era real. Se a faixa de isenção do imposto fosse atualizada no mesmo ritmo da **inflação** no período, seriam isentas pessoas com renda de até R\$ 5.021,38, o que beneficiaria cerca de 15,5 milhões de brasileiros, segundo a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco).

Passados 30 anos do real, não existem desafios tão grandes que sejam incontornáveis, diz o professor da FEA/USP Heron do Carmo.

**Site: <https://www.otempo.com.br/economia/2024/7/1/30-anos-apos-plano-real--1-vale-r--0-12--mas-salario-minimo-a>**

# Incerteza limita fusões e aquisições no país

**Fernanda Guimarães De São Paulo**

Os ruídos no ambiente interno e o aumento de incertezas têm travado o número de transações de fusões e aquisições (M As, na sigla e inglês) no Brasil, algo que pode marcar um novo ano de queda das operações no mercado local. No ano até o último dia 17, conforme dados da Dealogic, consultoria que coleta os dados de mercado em todo o mundo, o número de operações chegou em 350, queda de 19% na relação anual. Por outro lado, com negócios pesados, como a recente união dos hospitais de Dasa e Amil, o volume financeiro foi na direção contrária, atingindo no mesmo período R\$ 90,7 bilhões, aumento de 29%, também no comparativo anual.

Segundo fontes consultadas pelo Valor, dúvidas em relação à **reforma tributária**, por exemplo, têm pesado contra neste momento, com investidores financeiros e estratégicos aguardando definições para voltar a colocar combustível nas negociações. O ponto é que, diante das incertezas atuais, há dificuldade em se acordar um preço nos ativos, o que pode atrasar o fechamento de transações, dizem banqueiros de investimento.

Para o chefe global do Itaú BBA, Roderick Greenlees, a visão é, no entanto, positiva para M A, com operações relevantes ocorrendo em diversos setores da economia. "Vemos movimentos de consolidação, de forma a racionalizar custos", afirma o executivo.

Dentre os movimentos de consolidação setoriais, está a Arezzo que se uniu à Soma, em um dos principais negócios do ano. Estratégia semelhante foi vista entre Petz e Cobasi, no setor de varejo pet. Entre as chamadas "junior oils", Enauta e 3R também uniram forças, movimento estratégico esperado para ser replicado no setor. Em energia, um dos segmentos mais ativos no ano, a reciclagem de portfólio marcou grandes transações, como a venda das usinas térmicas da Eleúo-bras para a Âmbar, do grupo J E. Ainda em energia, setor que segue como o mais ativo em M A, o controle da AES foi vendido à Auren. Todas essas operações contribuíram para o aumento do tíquete médio dos negócios, dando suporte para o aumento em termos financeiros no ano.

Greenlees, do Itaú BBA, afirma que o pipeline de operações do banco segue até aqui forte e crescente, mas reconhece que nas últimas semanas os ruídos de Brasília têm gerado incertezas, o que pode atrasar o fechamento de parte das transações. A atividade mais

forte no banco também reflete, segundo ele, aumento de "market share", com uma atuação também em transações no chamado middle market, com a estruturação de uma área focada em operações médias, algo que antes ficava de fora do radar do banco de investimento do Itaú.

O responsável pela área de M A do Bank of America (BofA) no Brasil, Diogo Aragão, confirma que os mandatos continuam sendo fechados, mas a dúvida no momento é se será possível manter o ritmo no segundo semestre, dado o atual nível de incerteza, incluindo nessa conta as eleições americanas. Se a entrada de mandatos desaquecer no segundo semestre do ano, Aragão aponta que um dos efeitos será um hiato de transações anunciadas no início de 2025, dado o tempo exigido para a maturação dos negócios, algo típico em M A. Ele frisa que as principais transações fechadas nos últimos meses - e que trouxeram volume financeiro relevante para a indústria - tratam-se de operações gestadas em anos anteriores.

Pesa também contra, segundo o executivo do BofA, a volatilidade cambial, fator que traz um novo adicional de incerteza na mesa dos investidores. "O investidor de M A é de longo prazo e não se importa em onde o dólar está hoje, mas a volatilidade atrapalha muito." E outro ponto, mais indireto, também tem afetado as negociações de fusões e aquisições, segundo Aragão. "O mercado de M A é menos impactado por esse fluxo de notícia ruim, mas chega num ponto em que fica mais difícil dissociar." Isso porque, explica o executivo, o mercado de ações anêmico e a fraca performance dos papéis das empresas listadas fazem com que o segmento de M A perca seu referencial de preço. E transações, com isso, podem ficar no caminho.

O aumento dos ruídos, segundo o sócio da Seneca Evercore Daniel Wainstein, tem afetado o fechamento das operações, algo que já começa, dessa forma, a refletir nos números. "A volatilidade e quebra de expectativas gera, obviamente, incerteza por parte de investidores e compradores estratégicos, que buscam uma melhor visibilidade pelo cenário de crescimento, **inflação**, taxa de juros e câmbio antes de concluir uma transação", afirma o executivo. Ele aponta, contudo, que esse cenário não faz os investidores desistirem das transações relevantes, mas atrasa todo o processo, algo já notado nos dados coletados.

Wainstein detalha que, ainda olhando o número de transações anunciadas até aqui, trata-se do menor

volume semestral dos últimos cinco anos e que o crescimento em termos financeiros revela o peso de grandes operações no período. "O volume atual, portanto, é sustentado primordialmente por algumas poucas e grandes transações no setor de energia e recursos naturais, principalmente relacionadas à exploração de petróleo e geração de energia", diz.

Existe ainda uma quebra de expectativas, o que tem frustrado investidores. O sócio da Seneca Evercore destaca outro sinal negativo para o mercado: a queda de operações "cross-boarder", que são aquelas envolvendo compradores estrangeiros. Se no ano passado esse tipo de negócio abocanhou uma fatia de 64% do total, no ano até aqui foi de 9%. "O ruído da comunicação e indicações desencontradas sendo repassadas para o mercado acaba assustando o investidor e, inevitavelmente, o internacional é o primeiro a demonstrar contração de seu apetite", diz.

Renata Simón, sócia de M A e sóciária do VBSO Advogados, vê um cenário de mais desafio e negociações travadas, dadas as incertezas. "O mercado de M A no país parou, em boa parte, pela falta de previsibilidade se o governo brasileiro conseguirá controlar as contas públicas. O governo até agora não sinalizou o freio nos gastos públicos, e o mercado está preocupado que ele não conseguirá cumprir a meta fiscal", diz a advogada. Outro ponto que também reflete um período mais fraco para M A, segundo ela, é a atividade mais tímida dos fundos de private equity, que são aqueles que compram participações em empresas, sendo esse um dos motivos da janela fechada para estreias na bolsa brasileira há quase três anos.

"A volatilidade e quebra de expectativas gera incerteza por parte de investidores e compradores estratégicos"  
Daniel Wainstein

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187916>

# Plano real completa 30 anos nesta segunda-feira

**Da Agência Brasil**

Prestes a sair da feira do Largo do Machado, na zona sul do Rio de Janeiro, a servidora pública Renata Moreira, 47 anos, sente toda semana o desafio da manutenção do poder de compra do real, que completa 30 anos nesta segunda-feira (1º). Cada vez mais a mesma quantia compra menos.

"Com R\$ 100, eu saía com pelo menos seis ou sete sacolas do mercado. Hoje em dia, sai com apenas uma. Fui ao hortifruti anteontem e gastei R\$ 70. E nem comprei tanta coisa", constata.

A redução do carrinho de compras é sintoma da **inflação** acumulada nos últimos anos. De julho de 1994, mês da criação do real, a maio de 2024, a **inflação** oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumula 708,01%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso significa que R\$ 1 na criação do real valem R\$ 8,08 atualmente. Ou que é preciso gastar R\$ 100 hoje para comprar o mesmo que R\$ 12,38 compravam há três décadas.

Frequentadora da mesma feira no Largo do Machado, a aposentada Marina de Souza, 80 anos, também experimenta a redução gradual do poder de compra.

"Cada dia a gente vê que eles estão assim, aumentando os preços aos poucos. Todo mês, vêm R\$ 2 a mais. Aí vai somando para você ver, né? E assim é que eles tiram da gente. O tomate, a banana, o arroz, que dava para fazer uma boa feira com R\$ 50, hoje não faz mais. Uma folhagem, que custava R\$ 1 há dez anos, hoje custa R\$ 4", reclama. Ela sente que, de um ano para cá, o problema piorou.

No aniversário de 30 anos, o real enfrenta o desafio de manter o poder de compra, num cenário de **inflação** global crescente. "A **inflação** alta no pós-pandemia [de covid19] é perfeitamente explicável e abrange todo o planeta. Tivemos problemas sérios, de rompimento de cadeias produtivas, uma mudança geopolítica mundial, com guerras regionais, e mudanças climáticas que pressionam principalmente a oferta de alimentos", explica a professora de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Virene Matesco.

Economista-chefe da Way Investimentos e professor

do Ibmec, Alexandre Espírito Santo diz que a **inflação** pós-pandemia é complexa, que desafia os Bancos Centrais em todo o mundo.

"Tivemos um choque de oferta, com a quebra de cadeias produtivas no mundo inteiro que ainda estão se recompondo.

Além disso, os bancos centrais injetaram muito dinheiro na economia global, dinheiro que ainda está circulando. A **inflação** no pós-pandemia tem várias causas e ainda vai durar muito tempo", diz.

**SALÁRIOS** Outra maneira de interpretar a **inflação** acumulada de 708,01% seria dizer que o real perdeu 87,62% do valor em 30 anos.

Isso, no entanto, não quer dizer que a população tenha ficado mais pobre na mesma proporção. Isso porque o poder de compra é definido não apenas pelo nível de preços, mas também pela elevação dos salários.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

# REAL 30 ANOS: Moeda foi a solução para conter a inflação

**SAULO JUNIOR**

Crise econômica, **inflação** alta, desconfiança, falta de perspectiva...

Todas essas expressões seriam justas para explicar o momento vivido pelo Brasil no início dos anos 1990. A solução encontrada foi a implementação de uma nova moeda, o Real, em 1º de julho de 1994, que comemora hoje 30 anos de sua criação. Mas até esse momento, muita coisa precisou ser feita.

Primeiro é preciso entender a conjuntura do país na última década do século passado.

Desde a saída dos militares do governo, em 1985, a **inflação** era altíssima. Antes do Real, foram tentados outros planos econômicos para estancar a **inflação**: Cruzado 1 (fevereiro de 1986); Cruzado 2 (novembro de 1986); Bresser (junho de 1987); Verão (janeiro de 1989); Collor 1 (março de 1990) e Collor 2 (janeiro de 1991). No entanto, nenhum teve sucesso.

Com o impeachment de Fernando Collor, Itamar Franco assumiu em dezembro de 1992 com o mesmo problema. O então presidente convidou Fernando Henrique Cardoso, que era ministro das Relações Exteriores, para comandar o Ministério da Fazenda. Ele foi um dos responsáveis pelo plano.

Depois de uma extensa negociação entre Executivo, Legislativo e Judiciário, o plano estava a um passo de sair do papel. Em recente entrevista ao Estadão, o então presidente do Banco Central, Gustavo Franco, contou que Fernando Henrique precisou pedir demissão em três oportunidades para que a ideia fosse adiante, na reunião feita em 28 de fevereiro de 1994, quando a Medida Provisória do plano foi assinada.

O protagonismo de Fernando Henrique Cardoso no plano rendeu holofotes ao político. Ele, que ocupava uma cadeira de senador por São Paulo, corria o risco de não ser reeleito. Mas, depois do sucesso da nova moeda, FHC teve grande apoio popular, pavimentando o caminho para ele se tornar presidente do Brasil em dois mandatos.

## DESENVOLVIMENTO DO PLANO

O plano desenvolveu-se em três fases a partir do segundo semestre de 1993. Antes de a moeda entrar em circulação, houve um esforço de ajuste fiscal, com destaque para a criação do Fundo Social de Emergência (FSE), concebido para aumentar a arrecadação tributária e a flexibilidade da gestão orçamentária em 1994 e 1995.

A segunda etapa, iniciada com Medida Provisória 434, assinada pelo então presidente Itamar Franco em 27 de fevereiro de 1994, estabeleceu a utilização de uma moeda escritural, a Unidade Real de Valor (URV), que serviu como uma ponte para conversão monetária entre o Cruzeiro Real que deixaria de existir para o Real que entraria em circulação quatro meses depois.

Na última fase, iniciada em 1º de julho de 1994, finalmente nasceu o Real.

\*

Especialistas apontam para o sucesso do plano

O DIA conversou com um time de economistas sobre a questão. Élcio Cordeiro da Silva, professor de economia da Anhanguera, acredita que o diferencial do Plano Real com relação aos outros planos econômicos foi a URV.

"No início, a cotação da URV em cruzeiros reais, que era a moeda vigente, era CR\$ 647,50. O valor era utilizado pelo Banco Central para fixar a taxa de câmbio. Assim a URV tinha paridade com o dólar (1 URV = 1 dólar). A paridade foi importante, pois os brasileiros passaram a contar com uma moeda 'parcial' que acompanhava as variações do dólar. Assim, os agentes econômicos adotaram a URV de forma ampla e voluntária nas negociações de compra e venda. Apesar da cotação da URV em cruzeiros reais variar, os preços, expressos em URV, estavam estáveis", citou.

Ele acredita que um erro em comum causou o fracasso das moedas anteriores.

"Um ponto em destaque é o congelamento de preços, o que gerou desabastecimentos (falta de produtos), desequilíbrios financeiros para os produtores, uma vez que eles tinham que vender por preços abaixo do custo de produção. Esse fato agrava a crise

econômica e gerava ainda mais desconfiança quanto ao sucesso do plano de estabilização", pontuou.

A DESINDEXAÇÃO Já para Maria David, economista formada pela Universidade Católica do Chile, o diferencial do Plano Real foi a desindexação da **inflação** da economia popular.

"O principal passo foi desvincular a credibilidade da moeda do processo inflacionário.

Para alcançar este propósito básico, tinha de quebrar a indexação da moeda, ou seja a permanente incorporação da **inflação** ao processo monetário.

A hiperinflação impedia a possibilidade de desenvolvimento e mesmo de crescimento econômico sustentável", apontou.

Professor de economia da Fundação Getúlio Vargas, Mauro Rochlin aponta o sucesso da moeda.

"Que a moeda Real é um sucesso, é inegável. Ela é usada sem problema e a **inflação** não fez com que ela perdesse o sentido em suas dimensões. A gente não fala de R\$ 1 milhão para comprar um pão, como era com o Cruzeiro. Sem controle, é difícil pensar em crescimento", destacou.

\*

Supermercados, as compras de mês e o Real

Para entender melhor como o processo inflacionário impactava a população, O DIA conversou com o executivo Gustavo Stutzel, que tinha 19 anos na época da implementação do Real. Ele contou que, por conta da **inflação**, os supermercados viviam lotados no início do mês.

"Não é exagero, as compras eram feitas todas no início do mês ou perto do dia 5, que era quando as empresas pagavam os salários. Por isso até hoje usamos esta expressão de 'compras do mês'", relatou.

## AS CONFUSÕES

O relato condiz totalmente com a explicação de MRochlin.

O executivo também contou que, no início da implantação do URV, houve certa confusão por parte dos compradores, mas que depois de um tempo a população se acostumou.

"No início causava, sim, confusão, pois tudo deveria ser convertido de acordo com a tabela, então você tinha que ter isso em mãos. Depois, com o tempo, foi

se popularizando e já não causava tanta confusão", lembrou.

**Site:** <https://flip.odia.com.br>

# Para Arminio, meta contínua para inflação coroa êxito do sistema

*Lu Aiko Otta e Gabriel Shinohara De Brasília*

Adotado como parte do tripé macroeconômico que deu sustentação ao Real, o regime de metas de **inflação** completou 25 anos no último dia 30 em um momento de evolução. Na mais importante mudança ocorrida desde sua criação, o sistema passará, a partir do ano que vem, a mirar uma meta contínua de 3%, e não mais um objetivo estabelecido a cada ano.

A mudança dá mais flexibilidade ao Banco Central (BC) em seu trabalho de definir taxas de juros para controlar a **inflação**, explicou o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello. Na nova versão, a autoridade monetária traçará um plano de voo para devolver a **inflação** à meta, que pode ser mais ou menos longo, a depender do choque. Assim não será necessário elevar exageradamente os juros para alcançar a meta no fim do ano.

"É o coroamento de um caminho longo", disse ao Valor o economista Arminio Fraga, que era presidente do Banco Central quando o sistema de metas foi criado. "O Brasil chegar hoje a um compromisso com um nível fixo e que vai ficar fixo, esperamos, por muito tempo, é algo a se comemorar."

O nível escolhido pelo governo, de 3%, comentou, é o que vem sendo utilizado por muitos países.

A adoção da meta contínua, ao lado do novo arcabouço fiscal, cria um "novo horizonte macroeconômico", comentou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. São evoluções das pernas fiscal e monetária do tripé macroeconômico que tem mantido a **inflação** sob controle há 30 anos.

"Eu percebi que funcionou ao final do primeiro ano" Sérgio Werlang

Durante entrevista coletiva sobre o Relatório de **Inflação**, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, afirmou que há mais previsibilidade com a meta contínua. "Maior previsibilidade significa maior capacidade de os agentes se programarem e maior fomento do investimento de longo prazo, taxa de juros longas mais estáveis e, de forma geral, você aumenta a eficiência do canal de transmissão de política monetária."

O regime de metas de **inflação** faz parte do conjunto que forma o Plano Real. Em sua versão original, o plano utilizou uma taxa de câmbio administrada para manter os preços comportados. Isso, porém, gerou problemas no balanço das transações do país com o exterior. O governo decidiu, então, deixar o câmbio flutuar.

"O câmbio estava muito atrasado, tinha um déficit de conta corrente grande", comentou Arminio. Na mesma época, outros países e regiões enfrentaram problema semelhante: México, Ásia, Rússia.

Havia, porém, o receio que o câmbio flutuante trouxesse de volta as altas de preços. Por isso, o plano foi reforçado com o ajuste das contas públicas e a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Além disso, a **inflação** passou a ser controlada por meio da taxa de juros, um sistema que vinha sendo adotado por vários países naquela época.

O tripé, comentou Arminio, representa um "compromisso solene com a estabilidade de preços e a **inflação** baixa, assumido simultaneamente pela autoridade fiscal e pela autoridade monetária."

O impacto do câmbio sobre preços foi contido também porque o Brasil passou a acumular reservas internacionais, o que deu estabilidade à cotação da moeda estrangeira. Foi, na visão de Guilherme Mello, uma mudança estrutural na economia. Em 2005, as reservas estavam na casa dos US\$ 50 bilhões. Sete anos depois, atingiram o pico de US\$375 bilhões.

Sérgio Werlang, professor de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi convidado por Arminio para assumir a Diretoria de Política Econômica e implementar o novo sistema. Ao Valor o professor lembra que tinha "razoável certeza" de que o novo sistema iria funcionar porque, entre outros motivos, já havia uma experiência internacional. "Eu percebi que funcionou ao fim do primeiro ano e estava lá, foi dentro da banda, até na parte ligeiramente inferior da banda. Nós ficamos muito felizes."

Werlang relata o esforço do Banco Central para falar da novidade para a sociedade. Ele visitou várias representações regionais do BC no país para explicar e responder a perguntas sobre o novo sistema. O

público-alvo eram associações comerciais, federações da indústria e a imprensa local.

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187916?page=1&section=1>

Dados do Banco Central mostram que, desde sua adoção, as metas de **inflação** não foram cumpridas em sete anos: 2001, 2002, 2003, 2015, 2017, 2021 e 2022. Em todo ano em que houve descumprimento, o presidente do Banco Central precisou escrever uma carta ao ministro da Fazenda para explicar as razões e apontar como a **inflação** seria colocada novamente na meta.

A meta foi alterada em apenas dois anos: 2003 e 2004. Em 2003, passou de 3,25% para 4% e depois ainda houve uma "meta ajustada" de 8,5%, que considerava a inércia da **inflação** do ano anterior e o efeito primário do choque de preços administrados. O intervalo de tolerância ainda foi alargado de 2 pontos percentuais (p.p.) para 2,5 p.p.

Já em 2004, a meta inicial era de 3,75% e a "meta ajustada" de 5,5%, proposta pelo Banco Central e posteriormente chancelada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Desde 2005 as metas não foram mais alteradas.

Ao anunciar a meta contínua, Haddad destacou que Lula é um "cumpridor" de metas de **inflação**. Em nove anos completos sob seu comando, foi cumprida em oito.

Em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva liderou um debate para elevar a meta de **inflação**, pois considerava 3,25% um exagero que obrigava o Banco Central a promover um arrocho monetário. A ala política do governo, que defendia essa mudança, acreditava que dessa forma haveria mais espaço para a redução das taxas de juros. Houve muito ruído, mas a meta foi mantida.

Lula tem atacado Campos Neto depois que o Comitê de Política Monetária (Copom) desacelerou, e depois interrompeu, os cortes nas taxas de juros.

Na visão de Arminio, o atual nível dos juros "mostra que o Banco Central precisa de ajuda". E a melhor ajuda, acrescentou, é a atuação mais forte da política fiscal, frente na qual o governo tem enfrentado dificuldade em avançar.

Por outro lado, ele fez ressalvas a algumas atitudes de Campos Neto, cujo trabalho diz admirar. "Eu acho que em alguns momentos ele também sinalizou uma posição político-partidária que não foi boa para o Banco Central", comentou. "Não foi boa para ele também, se quer saber minha opinião."

**Site:**

# A grande ameaça vem do lado fiscal, diz Pérsio Arida

**Sérgio Lamucci De São Paulo**

A grande ameaça à economia brasileira hoje vem do lado fiscal, diz o economista Pérsio Arida, ex-presidente do Banco Central (BC). "Há um consenso de que o ideal é política monetária frouxa, com juros baixos, e política fiscal apertada, com superávit fiscal. Estamos na outra ponta: política monetária apertada e política fiscal folgada", afirma ele, um dos criadores do Plano Real, que completa 30 anos.

Ao tratar das contas públicas, Arida destaca que o filme importa mais do que a foto. "Números fixos em economia fazem muito pouco sentido. O fato de a dívida ser alta, em si, não é tão problemático quanto parece. A preocupação não é o tamanho, mas a velocidade de crescimento", afirma ele, ressaltando a importância da disposição do governo de enfrentar o problema. "Em matéria fiscal, importa a expectativa."

Para ele, o filme no Brasil preocupa. "Há modos simples e complexos de agir. Uma reforma administrativa demora uma década para fazer. Mas, se você desvincular a Previdência do salário mínimo e fizer as desvinculações de educação e saúde da receita, são duas emendas constitucionais e o problema já muda de figura radicalmente", observa Arida, lembrando que, em 1994, a equipe econômica havia proposto muito mais desvinculações do que foram efetivamente aprovadas no Fundo Social de Emergência (FSE). O mecanismo desvinculava parte das receitas e dava mais flexibilidade ao manejo orçamentário. "Estou falando de 1994. E, 30 anos depois, estamos com o mesmo problema. Isso mostra que não houve o amadurecimento da sociedade como um todo para enfrentar o problema", diz ele.

"Fernando Henrique [Cardoso, ex-presidente] tinha uma frase de que eu sempre gostei - Nunca se deve desperdiçar uma crise. Na crise é que o status quo se desorganiza e é quando se consegue avançar. O governo vai aproveitar a atual crise para avançar ou não vai? No fundo, essa é a questão."

Ao falar dos 30 anos do Real, Arida destaca o papel da democracia para o sucesso do plano. "A **inflação** brasileira foi de 20% ao ano para 200% ao ano, de 1970 até a véspera da democracia, e não houve nenhum plano de estabilização, como se concebe", nota ele. "Com democracia, tem o voto, e os políticos

percebem que o voto se orienta pela estabilidade econômica."

Ao comentar o papel da Unidade Real do Valor (URV), a moeda indexada que não existia fisicamente, fundamental na transição de uma **inflação** elevada para uma **inflação** baixa, Arida lembra que a maior parte dos economistas foi cética. "E foi cética desde a partida; o Larida foi recebido com uma saraivada de críticas monumental", diz o economista, referindo-se ao estudo escrito por ele e pelo ex-presidente do BNDES André Lara Resende em 1984, da qual a URV é uma variante. "Mas, do ponto de vista da opinião pública, o processo foi exatamente oposto. O povo abraçou a ideia, entendeu o mecanismo intuitivo." A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: Há quem diga que mudanças econômicas radicais são mais difíceis numa democracia, mas o sr. tem ressaltado o papel da democracia para o sucesso do Real. Por quê?

Pérsio Arida: Não é à toa que os vários planos de estabilização ocorreram com a democracia. A **inflação** brasileira foi de 20% ao ano para 200% ao ano, de 1970 até a véspera da democracia, e não houve nenhum plano de estabilização, como se concebe. Houve tentativas aqui e ali, mas nunca houve um grande plano de estabilização. Com democracia, tem o voto, e os políticos percebem que o voto se orienta pela estabilidade econômica. Ganha quem mantém a **inflação** baixa e, se possível, o desemprego baixo também. Mas a prioridade é a **inflação**. Essa percepção do voto é importante porque dá o impulso político para fazer o programa de estabilização. Como a estabilidade foi conseguida? Fernando Henrique foi eleito por causa do Real. Ele fez tudo para sustentar o Real. O próprio Lula, apesar de ter sido contra o Real e falado da herança maldita, não fez nada destruir os fundamentos do Real -pelo contrário, foi na mesma direção. A democracia permite explicitar a preferência dos eleitores e força os governos na direção da responsabilidade com o processo inflacionário.

Valor: Quais os principais motivos que explicam o sucesso do Real, após vários planos que fracassaram?

Arida: O Plano Cruzado era muito parecido com o plano israelense de 1985, mas foi mal executado. Em

vez de ter um congelamento temporário, estendeu-se o congelamento e a política fiscal e a monetária eram expansionistas. Acabou num baita excesso de demanda. O que aconteceu com o Cruzado foi que o congelamento de preços ficou no imaginário popular. A avaliação era de que aquele plano não havia dado certo, mas um outro poderia dar. Essa visão fez com que todos os vários planos seguintes tivessem congelamento de preços. Até o Plano Collor, que era um bloqueio de liquidez monumental, tinha congelamento, o que era totalmente desnecessário - obviamente, sem liquidez não há demanda. Se você olhar os vários planos em detalhe, todos eles procuravam ter o que faltou ao Cruzado para dar certo. Ah, o Cruzado teve taxa de juros muito baixas? Então vamos ter taxas de juros altas. O Cruzado teve excesso de demanda, então vamos aumentar os **impostos**. O Cruzado tinha liquidez excessiva, então vamos tirar a liquidez da economia. Nesse sentido, os vários planos subsequentes foram natimortos. Repetir a dinâmica do Cruzado foi um erro enorme. Aquilo ficou no imaginário coletivo. Com isso, o mantra do Plano Real, muito mais do que a URV, foi dizer-"Não haverá congelamento. Não haverá surpresas. Tudo vai ser pré-anunciado". A preocupação era desmontar essa fixação do imaginário coletivo.

"Com democracia, tem o voto, e os políticos percebem que o voto se orienta pela estabilidade"

Valor: Esse foi um dos fatores decisivos para o plano ter dado certo?

Arida: Eu não tenho a menor dúvida. É claro que a montagem da URV, basicamente uma variante do Larida, [um trabalho] que eu e o André [Lara Resende] tínhamos escrito em 1984, foi fundamental. Mas, do ponto de vista da opinião pública, tão importante quanto a URV foi enfatizar o mantra de que não haveria congelamento de preços e salários e que tudo seria pré-anunciado. Esses dois elementos, do ponto de vista da retórica política e do convencimento, foram fundamentais. Tem um livro do Fernando Henrique, "A Arte da Política", em que há um capítulo sobre o Real. Há um momento em que ele fala de uma reunião de economistas e eu dei uma ideia que o entusiasmou - fazer um plano pré-anunciado em etapas, o que ele chamou de uma pedagogia democrática. Ele começou a percorrer o país para explicar as etapas ao povo. Seria o modo de não ter mais surpresas, de não ter o elemento que lembrava o congelamento. O país precisava do oposto da surpresa que vinha do congelamento.

Valor: Qual Joio papel da URV? Fazer a transição de unia **inflação** muito alta para uma **inflação** bem mais baixa?

Arida: Foi exatamente esse papel. A URV é uma construção "made in Brazil" - não teve nenhum plano do mundo feito desse modo - e se conseguiu desinflacionar a economia de uma maneira surpreendente. O mais extraordinário é que a maioria da profissão dos economistas sempre foi cética em relação ao plano - e foi cética desde a partida; o Larida foi recebido com uma saraivada de críticas monumental. Mas, do ponto de vista da opinião pública, o processo foi exatamente oposto. O povo abraçou a ideia, entendeu o mecanismo intuitivo, embora a URV tenha uma tecnicidade grande. O fato é que a população percebeu que havia ali um elemento da coisa certa, da coisa justa. O salário vai ter um valor que não vai mais ser corroído pela **inflação**. A questão da conversão de preços em URVs também foi algo extraordinário. Não tinha norma, não tinha decreto, não havia exigência legal. Quando nós dizíamos que os preços estavam livres para serem convertidos em URV, por que a pessoa iria aumentar o preço? O termo que eu usaria é de um pacto social implícito. Não havia norma. Ninguém obrigou. Havia explicação.

Valor: A fragilidade das contas públicas sempre foi apontada como um dos calcanhares de aquiles para o lançamento e para a sustentação do Real, embora o FSE tenha dado alguma margem de manobra para o governo. De que modo as incertezas fiscais afetaram o Plano?

Arida: Em matéria fiscal, muitas vezes importa mais o filme do que a foto. Houve uma substantiva contração de despesas no ano de 1994, em parte pelo FSE, em parte pela não liberação efetiva de verbas. Mas, estruturalmente, o ajuste de 1994 foi insuficiente e o déficit voltou. Só acabou com o tripé macroeconômico [adotado em 1999, composto pelo regime de câmbio flutuante, metas de **inflação** e superávits primários]. Mas o fato de FHC ter sido eleito por causa do Plano Real deu certeza aos mercados de que, se necessário fosse, ele faria tudo para sustentar o plano, inclusive um forte ajuste fiscal. Essa expectativa se mostrou fundada. Voltando ao FSE, ele saiu muito menor e muito menos ambicioso do que nós queríamos, mas ele acabou acontecendo. Além disso, houve um represamento na boca do caixa de gastos pelo Tesouro, o que se sustenta apenas por um tempo. Foram dois elementos importantes. Isso sinalizou a nossa disposição e o nosso entendimento de que o fundamento da estabilidade é fiscal. Nesse sentido, ter uma equipe que implementa e fala isso foi muito importante. Não adianta a promessa do ajuste fiscal, porque a dinâmica política é incontrolável. Você tem que começar por ele. A experiência do Cruzado foi muito importante nesse aspecto, porque mostrou que você precisa partir primeiro do ajuste fiscal. Com o Real, não foi o ajuste fiscal definitivo. Quando você

olha os anos subsequentes, havia déficit, de 1995 a 1999. Mas, como eu disse, em matéria fiscal, importa o filme muito mais do que a foto. A foto era de um déficit, mas as pessoas sabiam que a equipe econômica tinha começado com o ajuste fiscal, sabiam que a equipe econômica continuava no governo, sabia que o governo dependia do programa e sabia que o Fernando Henrique foi eleito por causa do Real. Se precisasse, ele faria o ajuste fiscal, o que ele acabou fazendo. Em matéria fiscal, importa a expectativa. Vamos dizer que eu tenha um déficit hoje, que pressiona a demanda, o que faz o juro ser alto demais, para manter a **inflação** sob controle. Se eu achar que daqui a um, dois, três anos, isso vai acabar, eu não desancoro a expectativa de **inflação**.

Valor: A âncora cambial durou tempo demais. O real só flutuou em janeiro de 1.9.9.9. Isso colocou em risco o Real?

Arida: Houve muito debate entre nós sobre a âncora cambial. Eu queria ter flutuado de partida. O presidente achou muito arriscado, o que acabou levando à minha saída como presidente do Banco Central [em junho de 1995], Impossível saber hoje se teria sido o melhor caminho - exercícios contrafactuais são sempre controversos. O fato é que o caminho da âncora cambial terminou no Brasil como terminou em inúmeros outros países: numa enorme crise do balanço de pagamentos que leva à flutuação.

Valor: O Real completa 30 anos e a **inflação** nunca mais saiu do controle, embora tenha voltado em alguns momentos a superar dois dígitos, como em 2002/2003, 2015/2016 e 2021/2022. Por que o Brasil não teve mais episódios de **inflação** mais elevada e persistente, ao contrário da Argentina?

Arida: A **inflação** de um dígito tem dinâmica muito diferente da **alta inflação**. É basicamente o resultado da política monetária e da política fiscal do presente e das expectativas sobre a sua evolução no futuro. Nos casos em que chegou a ser de dois dígitos, houve uma rápida correção de rumos na política macroeconômica porque os governantes sabem que **inflação** alta leva à perda de poder. Nesse sentido, o voto popular é o esteio da estabilidade. Quanto à Argentina, houve um paralelo artificial com o Brasil. Ambos tiveram inflações crônicas que degeneraram em hiperinflação, mas a reserva de valor da Argentina sempre foi o dólar no exterior, enquanto no Brasil foi o ativo monetário doméstico, sustentado por taxas de juros que compensavam a **inflação**. O Plano Cavallo era uma plano de conversibilidade plena e o Real um plano lastreado na experiência da correção monetária, porque as histórias dos dois países na escolha da reserva de valor foi diferente.

Valor: Qual é o principal legado do Real? E qual é a maior ameaça hoje à economia?

Arida: O principal legado é a própria estabilidade. A grande ameaça vem do lado fiscal. Ter um Banco Central independente ajuda muito na estabilização das expectativas. O tema da coordenação de políticas fiscal e monetária é antigo, há décadas e décadas debatido no mundo todo. Há dois modos de sustentar uma **inflação** baixa - com taxa de juros baixa e política fiscal apertada ou política fiscal solta e taxa de juros alta. Há um consenso de que o ideal é política monetária frouxa, com juros baixos, e política fiscal apertada, com superávit fiscal. Estamos na outra ponta: política monetária apertada e política fiscal folgada. Parte do problema é institucional. É importante dar voz e voto ao Banco Central na determinação da política fiscal. Veja bem, as diretrizes básicas da política monetária estão fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), composto pelos ministros do Planejamento e da Fazenda e pelo presidente do Banco Central. Te-riamos que ter uma institucionalidade semelhante para a política fiscal. A razão é que trajetória da dívida pública depende das duas políticas, fiscal e monetária. E também da taxa de crescimento, é claro.

"Em matéria fiscal, muitas vezes importa mais o filme do que a foto"

Valor: Qual é problema institucional nesse caso?

Arida: Nós temos uma institucionalidade curiosa. A Fazenda opina sobre o BC, mas o BC não opina sobre a Fazenda. É necessário ter uma institucionalidade em que o BC opine sobre assuntos fiscais tanto quanto o Tesouro opina sobre assuntos monetários. A institucionalidade tem que forçara coordenação, o que nós não temos hoje. Outro problema é a eterna pergunta - quando a dívida pública fica impagável. O que importa é o filme, muito mais do que a foto. Se você tiver disposição para equacionar o problema da dívida pública, se você sinalizar que vai fazer de um modo crível, o problema não aparece hoje. O compromisso do governante nessa direção faz uma enorme diferença. Não é tanto o déficit hoje, mas o compromisso de resolver o problema para frente. Quanto se fala em dívida pública, há uma noção errada. Ah, você vai monetizar e vai dar uma hiperinflação. Não dá, isso é uma visão antiga. Hoje, a liquidez é toda remunerada.

Valor: O sr. vê o risco de dominância fiscal no Brasil?

Arida: Dominância fiscal é algo de que se fala muito, mas eu nunca vi ocorrer no Brasil. Há um teste que é muito simples sobre dominância fiscal. Se você aumenta a taxa de juros e a moeda desvaloriza, há um

problema de dominância fiscal. Se você aumentar os juros e a moeda, tirando outros fatores, valorizar, não há dominância fiscal, que é a situação que nós temos aqui. A discussão não é tanto sobre o tamanho da dívida. O que faz diferença é a disposição de enfrentar o problema da dívida pública.

Valor: Como o sr. vê a situação fiscal? A dívida bruta deve crescer 10 pontos percentuais do **PIB** no atual governo.

Arida: Não existe um número fixo - a partir de 90% do **PIB**, por exemplo, cria-se uma situação irreversível. Números fixos em economia fazem muito pouco sentido. O fato de a dívida ser alta, em si, não é tão problemático quanto parece. A preocupação não é o tamanho, mas a velocidade de crescimento. De novo, se você sabe que o governante, se necessário, vai agir, é uma coisa. Eu insisto que o problema não é tanto o nível, mas sim a velocidade de crescimento, que é intrinsecamente ligada à crença na determinação do governo de equacionar o problema.

Valor: Voltando à sua imagem. Não é o que está ocorrendo? A foto não é tão ruim, mas o filme está preocupando?

Arida: O filme preocupa. Como sempre, há aquela história de que o Brasil vai até a beira do precipício e dá meia volta. Não pula. Há essa visão de que se a situação ficar realmente grave, os governantes agem. Há modos simples e complexos de agir. Fazer uma reforma administrativa, por exemplo, uma desconstitucionalização geral, são coisas complexas, difíceis e levam tempo. Uma reforma administrativa demora uma década para fazer. Mas, se você desvincular a Previdência do salário mínimo e fizer as desvinculações de educação e saúde da receita, são duas emendas constitucionais e o problema já muda de figura radicalmente. Uma coisa é a reforma estrutural do setor público para ter um Estado eficiente, moderno e barato. Outra coisa é corrigir distorções que fazem uma enorme diferença na evolução da dívida pública. São simples de escrever juridicamente, como essas desvinculações. Mas é fácil falar. Eu disse que o FSE aprovado foi um pedaço do que nós tínhamos proposto, porque na versão original havia inúmeras outras desvinculações. Estou falando de 1994. E, 30 anos depois, estamos com o mesmo problema. Isso mostra que não houve o amadurecimento da sociedade como um todo para enfrentá-lo. Não é uma questão intelectual de dificuldade de compreensão. Já estava maduro, tinha sido proposto em 1994. É muito mais uma questão política de amadurecimento da sociedade.

Valor: O sr. vê o atual governo com disposição para enfrentar isso?

Arida: Fernando Henrique tinha uma frase de que eu sempre gostei- Nunca se deve desperdiçar uma crise. Na crise é que o status quo se desorganiza e é quando se consegue avançar. O governo vai aproveitar a atual crise para avançar ou não vai? No fundo, essa é a questão.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187916?page=1&section=1>